

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

19 de Fevereiro de 2009

17.ª Reunião

Ordem de trabalhos:

Audição Dr. Meira Fernandes (equipa do Dr. Miguel Cadilhe)

Índice remissivo

A

Agostinho Lopes (PCP) · 58

H

Hugo Velosa (PSD) · 44, 49

J

João Semedo (BE) · 34, 64, 65, 66, 68

L

Leonor Coutinho (PS) · 34, 36, 37, 39, 41, 43, 44, 62

M

Marques Júnior (PS) · 75, 79

Dr. Meira Fernandes (Administrador da SLN) 3, 7,
10, 21, 22, 23, 28, 31, 33, 36, 37, 39, 41, 43, 44,
48, 49, 50, 61, 62, 66, 67, 69, 70, 78, 79, 80, 81,
82, 84

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 3, 6, 21, 23, 27, 31,
81, 84

P

Presidente (José Pedro Aguiar Branco) · 3, 6, 7, 10,
22, 33, 34, 36, 43, 44, 48, 58, 61, 64, 65, 66, 67,
69, 75, 78, 80, 81, 82, 84

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Srs. Deputados, declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas e 50 minutos.

Quero, antes de mais, desejar as boas-vindas ao Sr. Dr. Meira Fernandes.

A nossa audição processar-se-á da seguinte forma: cada grupo parlamentar terá um período máximo de 10 minutos para fazer as perguntas que desejar, findo o qual o Sr. Dr. responderá ao grupo parlamentar interpelante, dispondo também de 10 minutos.

Tal como é solicitado aos Srs. Deputados que colocam as perguntas para respeitarem o período máximo tempo de 10 minutos, agradecemos que o Sr. Dr. responda também dentro do mesmo tempo, para o bom andamento e para a produtividade dos trabalhos, embora tenha o tempo de que necessitar para responder a todas as perguntas.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, que é um bom exemplo de concisão e do respeito do período dos 10 minutos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, fico muito lisonjeado quando esse reconhecimento vem da própria presidência, porque ninguém o questiona.

Sr. Dr., quero agradecer a oportunidade que nos dá de lhe colocar algumas questões — que, como verá, serão muitas, mas, em boa verdade, tenho de aproveitar esta oportunidade —, que têm a ver não só com os termos da supervisão e com a decisão de nacionalização do BPN mas também com a gestão do BPN em aspectos muito concretos.

A primeira pergunta tem a ver com uma declaração do Dr. Miguel Cadilhe acerca da supervisão, avaliando-a e dizendo que terão acontecido falhas graves de supervisão, a propósito, obviamente, do BPN. Peço ao Sr. Dr. que comente esta afirmação e nos diga se concorda ou não com ela.

Quero também perguntar-lhe se o Sr. Dr., nas funções de gestão que exerceu, teve ou assistiu a conversas com o Governador do Banco de Portugal antes da posse do respectivo conselho de administração e se, sobre a situação, foi dada alguma nota, algum aviso ou alguma chamada de atenção sobre o estado real ou conhecido à época do BPN pelo Banco de Portugal.

Peço-lhe também um comentário acerca da alteração de administradores e até de auditores no BPN em muito pouco tempo e pergunto-lhe se isso lhe suscita alguma apreciação e se essas mudanças justificariam, eventualmente, alguma atitude pela supervisão, no âmbito dos respectivos poderes.

Pergunto-lhe, ainda, se teve conhecimento de cartas trocadas entre a Procuradoria-Geral da República e o Banco de Portugal sobre o Banco Insular e o BPN e se, em algum momento, o Sr. Governador do Banco de Portugal deu conta dessa troca de correspondência e quando é que tomou conhecimento da existência dessa troca de correspondência.

Por outro lado, gostava de saber se tem conhecimento do funcionamento e utilização de *offshores* no âmbito da gestão do BPN e do universo SLN e quando é que terá tomado conhecimento de que o BPN ou a SLN seriam os últimos beneficiários do Banco Insular.

Gostava que nos dissesse também qual o conhecimento que, eventualmente, tem da empresa Sopromat, dos seus dirigentes e das suas

funções no Banco Insular e qual a relevância ou importância dessas mesmas funções.

Em relação ao BI linha, gostava que me explicasse o seu funcionamento, qual a sua percepção possível ao nível das auditorias externas e internas e se, como o Banco de Portugal classifica, se trataria de um sistema virtual ou se, por outro lado, essas operações materiais de transferência de crédito, de dinheiro e de movimentos seriam mensuráveis.

Pergunto-lhe ainda se, depois de tomar posse, o respectivo conselho de administração recebeu informações do Banco de Portugal sobre as imparidades que acabaram por encontrar no banco; se nos pode explicar o conteúdo de auditorias realizadas ao BPN e os seus resultados; se nos pode comentar a afirmação do Governador do Banco de Portugal, numa audição havida neste Parlamento, de que terá sido uma acção inspectiva do Banco de Portugal que detectou as imparidades do BPN; e, nessa medida, quem informou verdadeiramente dessas imparidades. E, já agora também, a propósito da auditoria externa decidida e realizada recentemente, pergunto-lhe: quem a decidiu e em que circunstâncias?

São imensas perguntas, de facto, mas, depois, terei direito a uma outra ronda e, se o Sr. Dr. entender... O Sr. Dr. agrupará como entender as perguntas, pois a metodologia é completamente livre, eu apenas estou a tentar salientar alguns aspectos que gostava de ver focados, mas, se não for agora, será numa segunda ronda, em que voltarei também a colocar-lhe outras questões.

Mas em concreto, agora em relação ao BPN, peço-lhe que o Sr. Dr. me identifique, se é que conhece, alguns dos veículos que vou referir e nos dê nota também dos respectivos beneficiários e, em alguns casos,

tratando-se de entidades, que aqui temos como mais ou menos esotéricas, pedia-lhe que nos tentasse ajudar a apurar o que elas verdadeiramente são.

E começo por estas: A1, A2, A3, B1, Breslan Investments LLC, Fibrex Associates LLC, Vantee Holdings LLC, Temporary Limited, Bremenhill Services, FC Marketing Development, Adler Assets LLC, Delas Enterprises e Ilea Finance SA. Fico-me, para já, por estes veículos empresas.

Gostava também que nos desse conta sobre os negócios da Ergi; que nos dissesse se detectou levantamentos em numerário feitos no próprio balcão da sede do BPN; que nos esclarecesse um bocadinho mais o âmbito e a dimensão dos chamados negócios do Porto Rico; que nos confirmasse a existência de créditos concedidos, principalmente a clientes estrangeiros, de elevado montante, sem que tenham sido prestadas quaisquer garantias, designadamente reais; que nos explicasse aquela triangulação que aqui tem sido muito tratada – BPN IFI, BPN Cayman e Banco Insular –, obviamente com origem no BPN e na SLN; e que nos explicasse — esta é uma realidade nova que hoje gostava de tentar perceber —, se é que conhece, a existência de uma empresa Créditos Brasil no universo SLN, o que era, o que fazia e para que servia.

Pausa.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — E a última pergunta é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Por acaso, são duas, Sr. Presidente, só que eu estava aqui à procura daquele magnífico...

Bem, guardarei isto para uma segunda ronda, porque, senão, o Sr. Dr. não sairá daqui hoje.

Já agora, apenas uma outra nota a propósito do processo, do negócio Irish Bank. Isto diz-lhe alguma coisa?

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Sr. Dr. Meira Fernandes, tem a palavra.

O Sr. Dr. Meira Fernandes (Administrador da SLN): — Antes de mais, muito boa tarde.

Quero agradecer também o facto de ter sido convidado para vir aqui à Comissão de Inquérito, porque me permite também, como membro da equipa do Dr. Miguel Cadilhe, poder explicar uma ou outra situação que, na minha e na nossa opinião, estará às vezes um pouco confusa.

Da mesma maneira que o meu colega Prof. Dr. João Carvalho das Neves, também eu responderei exactamente a tudo aquilo que sei e, quando não responder, é porque não sei ou porque, eventualmente, não posso. Portanto também venho aqui com abertura total, obviamente, para esclarecer tudo aquilo que sei.

Ouvi e registei todas as perguntas do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, mas iria fazer a seguinte sugestão: tenho bem presente qual é o âmbito e qual é o conteúdo desta Comissão — tenho o documento aqui — , para, se me perguntarem qual é o meu clube, eu não dizer, porque não vem aqui também, mas, de qualquer maneira, sou do Belenenses.

Gostava de começar por dizer o seguinte, só para clarificar: qual é a minha experiência profissional? Eu sou economista, portanto, trabalhei, fundamentalmente, sempre na banca comercial, na banca de

investimento, como director de diversos departamentos e como membro do conselho de administração de bancos comerciais e de bancos de investimento, como vogal ou como presidente, em Portugal ou no estrangeiro. Portanto, tenho trinta e tal anos de actividade fundamentalmente bancária.

No caso concreto do BPN, os pelouros que eu tinha eram a Direcção de Operações, a Direcção Internacional, a Direcção Financeira, a sucursal de França e o Departamento de Crédito Imobiliário. Digo isto porque destas direcções eu tenho um conhecimento pormenorizado e das outras não terei um conhecimento tão pormenorizado. É evidente que a maior parte dos Srs. Deputados não trabalhou na banca e às vezes o tipo de perguntas que fazem é no pressuposto de que todos nós sabemos tudo de todos os pelouros — ora, não sabemos. Por exemplo, se me perguntar qualquer coisa sobre política salarial, sei genericamente, mas não sei em pormenor, porque não tive o pelouro dos recursos humanos.

Gostava também de fazer aqui — e prometo que vou ser sucinto — um ponto prévio, muito rápido, mas que nos parece, pelo menos a nós, de utilidade e que, uma vez que estou aqui, aproveito para esclarecer.

É para lembrar que fomos nomeados em Junho de 2008, assumimos funções em 23 de Junho e só as ocupámos durante quatro meses. Ora, em quatro meses, provavelmente não conhecemos tudo aquilo a que os Srs. Deputados pretendem que responda.

Obviamente, não conhecíamos a situação do Grupo nas suas diversas vertentes, designadamente, e com relevo, a do Banco Insular (mas não só) quanto às suas implicações, quando iniciámos as funções. Surpreenderam-nos a natureza, a dimensão, a complexidade e a extensão no tempo. Portanto, as situações começaram em 2001 e agravaram-se em

2003. Não conhecíamos obviamente as informalidades processuais, não tínhamos conhecimento da evidência de situações irregulares e de práticas ilegais. Gostava de deixar este ponto bem vincado.

Quero também ressaltar que o conjunto de graves irregularidades com que fomos confrontados não nasceram, em nossa opinião, por geração espontânea; elas foram pensadas, arquitectadas e implementadas por membros do conselho de administração, ao longo de vários anos. Foram executadas por directores, técnicos e administrativos e, objectivamente, foram ocultadas. Ou seja, na minha opinião, o que está aqui em causa é, fundamentalmente, o comportamento de quem praticou as irregularidades.

Portanto, o ponto fulcral, a fraude, deve ser assacada, primordialmente, aos membros do conselho de administração que a levaram a cabo. E, acessoriamente, mas não de modo despiciendo, também a quem tinha obrigação de supervisionar, seja a auditoria interna, sejam os ROC, sejam os auditores, seja o Banco de Portugal e, ainda, a elementos do conselho de administração que, não estando envolvidos na prática de irregularidades, delas tiveram conhecimento e não as divulgaram.

Quero, pois, deixar bem ressaltado que, na minha opinião, o ponto fulcral é quem cometeu as ilegalidades, embora as outras também tenham relevância, e muita.

Sr. Deputado, posso responder às suas perguntas de duas maneiras. Uma delas, é responder uma a uma; outra, é tentar agrupá-las em conjuntos. Se me permite, vou submeter à sua consideração o seguinte: as perguntas que fez, todas muito incisivas e pertinentes, às vezes, misturam-se. Fez perguntas sobre auditoria, fez perguntas sobre

titularidade do banco (por acaso, sobre titularidade do Banco Insular, fez só uma), fez perguntas sobre a Sopromat, sobre a contabilidade, fez perguntas sobre imparidades, fez perguntas sobre levantamentos em numerário, fez perguntas sobre o «projecto César». Ora, eu posso responder...

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Sugeriria que o Sr. Dr. respondesse e, depois, se, por acaso, o Sr. Deputado desejar algum esclarecimento adicional...

O Sr. Dr. é livre de responder como quiser e, depois, cá estaremos para alguns esclarecimentos que sejam necessários.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Vou responder ao problema das auditorias, porque se enquadra na primeira pergunta que o Sr. Deputado fez sobre a declaração do Dr. Miguel Cadilhe de que terão acontecido falhas graves.

Na nossa opinião, aconteceram falhas graves da supervisão. De qualquer maneira, a propósito das auditorias, esse é um ponto sobre o qual tenho ouvido algumas declarações, em minha opinião, não muito claras, gostaria de dizer que há duas auditorias específicas sobre realidades diferentes: há uma auditoria ao Banco Insular, feita pela Mazars, e uma auditoria ao Grupo BPN/SLN, feita pela Deloitte.

Pergunta-me o Sr. Deputado quem decidiu mandar fazer as auditorias. Ao Banco Insular foi exactamente o conselho de administração do Dr. Miguel Cadilhe – aliás, não há qualquer auditoria feita ao Banco Insular por parte ou a pedido do Banco de Portugal. Há uma, mas é ao Grupo BPN/SLN; e no Banco Insular só há uma.

E tem havido uma pequena confusão relativamente à carta de 2 de Junho e à carta de 4 de Junho. A carta de 2 de Junho, como todos sabemos, diz o quê? Alguns administradores dizem: o Banco Insular é nosso. E a carta de 4 de Junho, do Banco de Portugal, diz o óbvio: Ah, é vosso? Então, consolidem. Mas escusava de dizer, porque tudo o que é nosso é consolidado. Mas não diz: façam uma auditoria.

Mandar certificar as contas não tem nada a ver com o mandar fazer auditorias. Aliás, curiosamente, a consolidação não foi feita (só foi feita parcialmente), nem pelo Dr. Abdool Vakil, que recebeu a carta de 4 de Junho, nem por nós, que estivemos lá quatro meses, nem por este conselho que está em funções há quatro meses. Portanto, não houve qualquer consolidação — houve uma, parcial (e já vou dizer o que aconteceu).

Gostava também de esclarecer o seguinte: a carta de 4 de Junho refere-se exclusivamente (julgo que a têm) ao Banco Insular; mesmo que mandassem fazer uma auditoria era ao Banco Insular. O título da carta de 4 de Junho é: Banco Insular. Portanto, não faz sentido numa carta ao Banco Insular dizer: mandem fazer auditorias ao Grupo! É ao Banco Insular.

Ainda relativamente a esta auditoria (depois, falarei da outra) da Mazars ao Banco Insular, quero dizer o seguinte: nós assumimos funções no dia 23 e, no dia 25, estávamos no Porto, tínhamos conhecimento da carta e, aliás, era nossa condição prévia para assumirmos funções a realização de uma auditoria especial a todo o Grupo.

Assim, quando fomos confrontados com esta situação específica do Banco Insular, dissemos: vamos fazer uma auditoria especial ao Banco Insular e adjudicámos, no dia 26 de Junho, de manhã, em Lisboa, a

auditoria ao Banco Insular, que foi iniciada nesse mesmo dia, apenas por três auditores, e ouvimos três senhores: um ex-administrador, António Franco, um assessor, António José Duarte, e um membro da direcção, Emanuel Peixoto.

Curiosamente, nesse mesmo dia 26 de Junho, mais ou menos às 18 horas e 30 minutos, tivemos a primeira reunião (e não vou contar pormenores).

Passadas 7 ou 8 horas os senhores da Mazars disseram (e vou ler): «O Grupo SLN recorre, desde o início da actividade, em 1998, a sociedades não residentes para financiar as suas operações». E quem financia estas sociedades não residentes? Disseram: «Até 2001, estas entidades veículos são financiadas via BPN Cayman; a partir do momento em que Cayman passa a exigir reportes prudenciais, passam a ser financiadas pelo Banco Insular», ou seja, a partir de 2001, os financiamentos associados às *offshores* passam para o Banco Insular.

«O *funding* foi assegurado por via dos depósitos de BPN Cayman e de BPN IFI, transferidos para o Banco Insular sem conhecimento dos depositantes, e, a partir de 2003, o Banco Insular passa a ter dois balcões: o balcão 1 e o balcão 2». Aliás, por vezes, fazemos aqui uma confusão e dizemos que há dois Bancos Insulares. Não! Há um Banco Insular, que tem dois balcões. Digamos, há uma Caixa Geral de Depósitos que tem 700 balcões ou há um Totta que tem não sei quantos balcões... Portanto, há um Banco Insular, que tem dois balcões.

Portanto, passadas 7 ou 8 horas, soubemos como funcionava o Banco Insular.

Quanto à falha grave, em nossa opinião, houve-a. E não tenho dúvidas em dizer, e sem qualquer ironia, que os técnicos da supervisão

são melhores (ou, pelo menos, iguais, mas acho que são melhores) do que os técnicos da Mazars. Como sabem, os técnicos do Banco de Portugal são pessoas que têm de ter, no mínimo, 14 ou 15 valores, são quase todos mestres, sabem muito da banca, enquanto que os da Mazars são genéricos.

Ora, se a Mazars, com auditores genéricos, embora muito bons, em 6 horas, ficou a saber o funcionamento do Banco Insular, então o Banco de Portugal, que estava lá desde Janeiro, ficaria a saber muito mais rapidamente. Claro que têm de perguntar ao órgão respectivo. E qual foi a nossa habilidade? Foi mandar os auditores perguntar a esse órgão. A qual? À Direcção de Operações.

Agora, sem ironia, mas parafraseando, direi que nós, para perguntar se alguma coisa está mal feita, não vamos perguntar à Direcção de Recursos Humanos... Onde é que isto está registado? É na Direcção de Operações. Então, mandámos perguntar à Direcção de Operações. Aliás, ficámos com a convicção de que as pessoas estavam com vontade de falar, foram abertas. Com a excepção de um dos senhores que foi muitíssimo mais reservado, os dois directores disseram logo abertamente o que se passava.

Portanto, este trabalho não consumiu muito tempo, nem muitos técnicos. É que, às vezes, dá a impressão de que recrutamos uma infinidade de técnicos... Mas não; neste caso, foram três.

Isto relativamente à Mazars, cujo relatório os Srs. Deputados têm — e, depois, se quiserem, poderemos aprofundar um pouco mais.

Relativamente à auditoria ao BPN SLN, feita pela Deloitte, ela também foi mandada fazer por nós. Antes de entrarmos, uma das exigências que fizemos (e havia várias) foi a da aprovação pelos

accionistas de uma auditoria. Logo na primeira reunião, definimos o caderno de encargos, fizemos a publicitação, salvo erro, a 4 ou a 7 de Julho, fizemos a adjudicação a 11 de Julho e iniciámos a auditoria a 21 de Julho – isto com a Deloitte.

Entretanto, tínhamos reuniões consecutivas com o Banco de Portugal onde fomos dando conta de que estávamos em contacto com a Deloitte, portanto, o Banco de Portugal sabia. Aliás, o Banco de Portugal disse: vocês, provavelmente, só vão receber o resultado da auditoria daqui por muito tempo e nós respondemos: não, não, nós encomendámos a auditoria por blocos, sendo que um deles era sobre a qualidade dos activos a qual tem a ver com as imparidades.

Portanto, o Banco de Portugal soube isto, mais ou menos, a partir de 4, 5, 6 de Julho e, concretamente, no dia 23 de Julho, souberam que a tínhamos iniciado – aliás, a auditoria, formalmente, começou no dia 21. Nós dissemos isso no dia 23 e, depois, no dia 24, o Banco de Portugal mandou uma carta dizendo que também a tinha aprovado.

Portanto, rigorosamente sem dúvida nenhuma, fomos nós, e mais ninguém, os únicos que fizemos a auditoria ao Banco Insular. E fomos nós que começámos, no Grupo SLN, pela Deloitte, com um pedido posterior do Banco de Portugal.

Tenho muito apreço pelo Sr. Vice-Governador que tutela a supervisão, o qual garantiu que impôs a auditoria ao Banco, e peço desculpa mas não pode garantir nada. A carta de 4 de Junho, repito, refere-se única e exclusivamente ao Banco Insular. O que o Banco de Portugal diz que mandou fazer foi o relatório da Deloitte, e esse diz respeito à SLN e ao BPN, certo? Portanto, a carta de 4 de Junho não pode

mandar fazer uma auditoria ao Banco quando se refere apenas ao Banco Insular.

Agora vou responder a algumas perguntas que me parecem soltas e, depois, quando fosse de enquadrar noutro conjunto, fá-lo-ei.

O Sr. Dr. pergunta-me se, nas conversas com o Banco de Portugal, alguma vez nos deram conhecimento. Não nos deram conhecimento!

Se foi dado algum aviso sobre o estado real? Respondo que não foi dado rigorosamente nenhum aviso – aliás, há notas dizendo que não podia ser dado, porque havia o sigilo bancário.

Se tínhamos conhecimento da carta entre o Banco de Portugal e o DIAP? Tivemos conhecimento através dos Srs. Deputados, em 15 ou 16 de Janeiro, quando deram cópia ao Dr. Miguel Cadilhe, o qual, depois, deu a todos nós uma cópia. Ficámos a saber que havia relações entre o DIAP e o Banco de Portugal apenas por intermédio penso que do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Portanto, foram os senhores que nos deram a informação.

Se tenho conhecimento do funcionamento das *offshores*? Tenho conhecimento e poderei explicar a seguir, mas demora um pouco. Portanto, tenho conhecimento e, depois, se quiser, digo-lhe como é que funcionavam.

Quando houve conhecimento sobre a titularidade do banco Insular? Se vamos falar na titularidade demora um bocadito, mas vou tentar ser rápido.

Quando chegámos, vimos a carta de 2 de Junho e não tivemos nenhuma dúvida: o Banco era nosso — estava escrito pelos administradores —, o Banco Insular era da SLN/BPN. E nós, bem-educados, crentes, e muito bem, dissemos: é nosso! Não tivemos dúvida

nenhuma, daí termos mandado fazer a auditoria em 26 de Junho, senão, não poderíamos ter mandado. Como não poderíamos mandar fazer uma auditoria, por exemplo, ao BCP, porque não é nosso!

Fizemos a auditoria e o Banco Insular permitiu-a, porque era nosso, entre aspas, *bold* e sublinhado.

Mais: começámos a dar instruções directas ao Presidente do Banco Insular. Eu próprio, que fiquei encarregado do Banco Insular, dava instruções com muita facilidade e o senhor cumpria-as. O Banco era nosso! Até começámos a despachar propostas. Apresentaram-nos propostas e nós despachámo-las.

Olhe, a primeira, e tenho-a aqui, comigo, foi uma proposta muito interessante, já com data de 25 de Junho — curiosamente, ainda foi para o Sr. António Franco; nós iniciámos funções a 20 de Junho —, em que o Banco Insular perguntava se queríamos renovar uma matrícula de uma sociedade chamada Banco Privado de Desenvolvimento, que era uma sociedade sedeada em São Tomé e Príncipe.

Era um banco do género do Banco Insular, isto é, era um «terceiro» Banco Insular (havia um Banco Insular com dois balcões e este seria o terceiro balcão), e nós, obviamente, dissemos que não. Portanto, o primeiro despacho foi este sobre uma proposta que era, de certa maneira, muito interessante.

Até chegámos a escrever ao Banco Insular, dizendo que o Banco era nosso. Não tínhamos dúvida nenhuma. Certo? Mas, depois, começaram a surgir muitas dúvidas quanto à sua titularidade.

É evidente que, do ponto de vista substantivo — e, depois, mais adiante, poderemos falar nisso —, o Banco Insular n.º 2 era todo nosso. Isto é, nós, BPN, tínhamos dado um *funding* que tinha sido aplicado para

financiar empresas do Grupo SLN, num banco que, formalmente, não era nosso, mas que — e tenho impressão que foi a Sr.^a Presidente quem fez a pergunta numa das audições — era nosso, substantivamente.

Bom, mas eu não tenho a certeza que o Banco Insular não venha a ser nosso. Não tenho a certeza, porque foi descoberto um papel, segundo veio publicado num jornal, no dia 29, sob o título «Documento fatal estava em casa. Prova da ligação do Banco Insular ao Grupo encontrava-se na sua residência».

Agora, ironizando, digo que não sei se, qualquer dia, o Banco Insular vai ser do Sr. Bill Gates e de outra pessoa qualquer... Isso pode acontecer...! Portanto, o Banco Insular não é nosso.

Portanto, a sequência temporal das operações com os contratos de compra e venda quanto à titularidade do Banco Insular, poderei repeti-la com todo o gosto, mas, se me dispensarem, agradeço, sendo que sempre direi que, em 2001, a Insular Holding comprou à Fincor o Banco Insular, sendo que o representante da Insular Holding era o Sr. Dr. Vaz Mascarenhas, que, posteriormente, vende — e tem um documento de contrato de compra e venda — 80%, a quatro senhores, 20% a cada um, isto, em 2003.

Depois, esses quatro senhores, juntamente com o Sr. Presidente do Banco Insular, fizeram um contrato de promessa de compra e venda das acções à Marazion, que é nossa — este é o tal documento que não tem data nem está assinado pelo comprador.

Esta é uma pergunta que aparece recorrentemente mas, para nós, a questão é tão clara, tão clara que permito-me dizer o seguinte — e desculpem-me lá: se puderem, não perguntem a mais ninguém e eu entrego ao Sr. Presidente os documentos que provam a titularidade

formal – estes são os únicos documentos que temos, mas é evidente que, se aparecem outros...

Penso, pois, que valerá a pena fazerem as perguntas que muito bem entenderem mas, formalmente, o Banco Insular é daquelas pessoas que estão referidas neste documento.

Relativamente ainda à titularidade, gostava de dizer, em resposta à questão levantada por alguém, cujo nome não tem interesse dizer, que disse que se nós, Conselho de Administração do Dr. Miguel Cadilhe, mandámos fazer a auditoria, então, era porque o Banco Insular era nosso. Não senhor! Já disse: fizemo-la, porque acreditámos que era nosso.

Segunda situação: também com muita facilidade, tem-se dito que se o Banco Português de Negócios registou as operações e fazia a contabilidade do Banco Insular, então, era porque era nosso. Não! Obviamente, isso é falso! É que nós podemos, em regime de *outsourcing*, fazer registos das operações de qualquer banco.

Penso que sabem que, por exemplo, relativamente à emissão de cheques, quase todos os bancos entregaram isso a um único banco. É um banco que faz a emissão de cheques de todos e, para o fazer, tem de conhecer os clientes, tem de conhecer os números das contas, tem de conhecer isso tudo. Ora, não é o banco que é dono de todos os outros bancos. Portanto, isso pode fazer-se perfeitamente.

Outra afirmação que também tem sido feita é a de que se o Conselho de Administração de Miguel Cadilhe fez a integração do balcão n.º 2 do Banco Insular, então, é porque o Banco Insular é nosso. Também é falso! O que é nosso são todos os mutuários do Banco Insular e o *funding* respectivo. Portanto, estar ali, ou estar num Banco de Tóquio, ou

no Bank of Scotland, ou noutro sítio qualquer, é igual: é nosso. Certo? Isto, relativamente à situação sobre a titularidade do Banco Insular.

Lembro também que temos aqui uma carta, feita pelos nossos advogados, na qual fazem a avaliação formal da titularidade do Banco Português de Negócios.

Há pouco, esqueci-me de dizer que mesmo aquela venda que o Sr. Presidente do Banco Insular fez aos outros quatro senhores não está registada em nenhum sítio. É evidente que se pode registar em qualquer altura, mas tão-pouco essa está registada.

Fizemos uma coisa interessante, fui eu que fiz, que também poderá vir a ser invocado, e é verdade: demos instruções ao Banco Insular para que fossem escritas cartas aos mutuários que estivessem em incumprimento. Como estavam com dificuldade em escrever cartas, eu escrevi uma minuta. Portanto, dei uma instrução, dizendo: se faz favor, pergunte ao Sr. Fulano para pagar as dívidas. Isto é, demos instruções no pressuposto de que o Banco Insular era nosso.

Vamos à Sopromat. Quem faz a contabilidade do Banco Insular não tem nada a ver com a titularidade ou não titularidade. De uma maneira geral, quem faz a contabilidade é o dono, mas pode ser um outro qualquer organismo. E, com o devido respeito, saber quem faz a contabilidade tem um interesse relativo, o que interessa mesmo é saber quem mandou fazer as operações, as fraudes. Isso é que terá mais interesse, embora também tenha algum interesse saber quem mandou fazer a contabilidade.

De qualquer maneira, passo a responder.

Tenho aqui um documento da SLN, datado de 2005, que é um contrato de mandato de prestação de serviços, celebrado entre o Banco

Insular e uma firma chamada JP Mascarenhas e Filhos, Ld.^a, contrato este que substitui um anterior.

Havia um contrato, a partir de 1 de Julho de 2002, firmado com uma firma chamada JPMFL — vou dizer o que significa: a J. Vaz Mascarenhas Unipessoal, Ld.^a prestava uns serviços que, depois, passaram a ser prestados por esta JP Mascarenhas e Filhos, Ld.^a. Portanto, quem fazia a contabilidade não sei... quem fazia os serviços que vou dizer era, inicialmente, esta firma J. Vaz Mascarenhas Unipessoal, Lda. e, depois, passou a ser a JP Mascarenhas e Filhos, Lda.

Vou ler o que é estas empresas faziam: supervisionavam o processamento da contabilidade; faziam a gestão orçamental do Banco; organizavam e faziam o processamento da informação periódica destinada aos órgãos de gestão do banco, ao banco de Cabo Verde, aos órgãos sociais do Banco, aos accionistas do Banco; classificavam as remessas para Cabo Verde; faziam a gestão das contas bancárias do Banco Insular; acompanhavam as contas dos clientes e a emissão de extractos; faziam a gestão das obrigações sociais; tinham ligações com o técnico de contas, com o fiscal único, com auditores e consultores; transmitiam instruções e mensagens; e por aí fora... Isto é, quem fazia a contabilidade, quem fazia estes serviços eram aquelas firmas que referi.

Ora, a partir de certa altura, isto tudo passou a ser feito entre a Sopromat e o Banco Insular, havendo, portanto, um acordo de prestação de serviços.

Quanto à Sopromat, já todos os Srs. Deputados sabem quem são os titulares. Eram pessoas ligadas ao Grupo BPN e, também, o Sr. Presidente do Banco Insular.

Na Sopromat faziam muitas coisas, e passo a ler: «Tratavam de toda a componente operacional de apoio à actividade da estrutura comercial e financeira do Banco Insular — isto é, faziam todas as operações; carregavam limites de crédito...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — De que data é isso?

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — É de Janeiro de 2007, e posso dar-vos este documento.

Continuando, então: «(...) analisavam e conferiam a documentação em suporte das operações de crédito; carregavam e procediam à manutenção dos dados inerentes às diferentes operações de crédito; abriam contas de crédito; efectuavam as tarefas inerentes à conservadoria; constituíam e arquivavam *dossiers* de operações; procediam a regularizações diversas; abriam contas de depósitos à ordem (...)».

Quando nós chegámos, como disse chegámos no pressuposto de que o Banco Insular era nosso e o Banco Insular disse: «então, isto é vosso, faz favor, façam a contabilidade.» E nós dissemos: «não fazemos, porque ela está a ser feita pela Sopromat». E eles disseram: «Mas a Sopromat é o BPN.» E nós dissemos: «Não, não! A Sopromat é o senhor mais outras pessoas...» Há algum técnico de contas? Sempre foi um senhor que tinha de ser cabo-verdiano.

Queria dizer que aqueles serviços não eram gratuitos. Pagava-se: pagava-se à JPVMF Unipessoal — claro, obviamente que se pagava, tem de se pagar —, pagava-se à Mascarenhas & Filhos Ld.^a e pagava-se à Sopromat. E também se pagava a nós. Depois, houve uma tentativa de

dizer que isto é feito — e era feito — na plataforma informática do banco, então...

Pausa.

Já agora, só um aparte. A Sr.^a Deputada tem falado, de vez em quando, comigo e eu garanto-lhe que não oiço, que sou surdo. Portanto, se não falarem deste lado...

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — A Sr.^a Deputada terá tempo para falar.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Eu não estou a ser indelicado, mas é que, felizmente, sou surdo e, portanto, só ouço quando falam deste lado. É uma vantagem muito grande. Não é indelicadeza, mas não a oiço mesmo, Sr.^a Deputada.

Como estava a dizer, como a contabilidade era feita na nossa plataforma informática, disseram: «O melhor é serem vocês a fazer.» E nós dissemos: «Não, não. Fazemos e passamos a fazer...» — até porque nos dava jeito. Tínhamos todo o interesse em fazer isso, porque controlávamos melhor. E fizemos um acordo de prestação de serviços entre o BPN e o Banco Insular. Uma prestação de serviços normal. E cobrámos também dinheiro: 11 000 €. Não sei se chegámos alguma vez a debitar, mas, se não debitámos, são nossos devedores por cada mês que passou. Ou seja, o facto de a contabilidade ser feita mesmo pelo BPN, contrariamente ao que foi afirmado várias vezes, não significa nem pode

significar, nem de longe nem de perto, que o banco seja nosso; significa que nós prestávamos esse serviço.

O Sr. Dr. refere ainda o funcionamento e prestação do Banco Insular virtual. Não há nenhum Banco Insular virtual; há um Banco Insular real.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O BI linha.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — O BI linha também não é virtual. Chamou-se virtual, porque se tinha de chamar qualquer coisa, mas não é virtual. No Banco Insular, como alguém disse, e muito bem, estão registados todos os documentos. Está lá tudo registado! E no balcão n.º 1 estão registadas operações, fundamentalmente, de terceiros que não do Grupo e algumas do Grupo e no balcão n.º 2 só estão empresas do Grupo. Portanto, não vou repetir outra vez aquela situação, mas nada é virtual. São ambos reais.

O que se fazia era o seguinte: os elementos contabilísticos estão feitos, são feitos balancetes — e, naquele caso, eram apresentados dois balancetes. Desculpem utilizar a Caixa Geral de Depósitos, mas na Caixa Geral de Depósitos, na base, são apresentados 700 balancetes: o balcão da Póvoa do Varzim, o balcão de Vila do Conde, o balcão de Lisboa... E, no final, somam todos e dá Caixa Geral de Depósitos. Se eles pusessem o balcão da Póvoa do Varzim de fora, só tínhamos 699 balcões, mas o da Póvoa também era da Caixa Geral de Depósitos.

Já agora, queria dizer, porque é um assunto importante e posso esquecer-me, mas lembrei-me (provavelmente, vamos voltar a falar nisso), que nós não temos a veleidade, nem de longe nem de perto, de ter trazido à superfície todas as operações do Banco Insular. As que nós

trouxemos, como bancariamente se diz, são as que estão vivas. Isto é, os mutuários que tinham saldo ou os depositantes que tinham saldo nós conhecemos, mas tendo havido, que houve (há sempre), financiamentos a clientes mutuários aos quais, por qualquer motivo, a conta foi saldada, isso não aparece.

E nós agora dizemos que temos no Banco Insular 327 ou 150 clientes, mas não; temos 150 mais os outros que foram saldados e que desapareceram, porque temos a certeza absoluta que não vimos tudo, nem de longe nem de perto. O nosso passo seguinte era ir ao sistema informático (ele está lá) e ver todos os mutuários cuja conta estava saldada e fazer uma recolha para ver o que é que aconteceu.

Só um exemplo pequeno: há uma empresa, salvo erro é a Solrac, que tem um montante de dívida muito grande, cujo primeiro lançamento é uma transferência de um saldo de uma conta chamada Venice. Ora, nós não vimos a Venice, nós vimos a Solrac. Quando a Solrac existe (não sei qual é o montante), nasce logo com um défice, vamos imaginar, de 40 milhões de euros. Ora, o que temos de ver é o que é que aconteceu a esses 40 milhões de euros.

Portanto, é só para dizer que temos a certeza que não vimos, temos a certeza absoluta que o BPN agora continua a fazer o trabalho que nós estávamos a fazer. Nós estávamos a agarrar as pontas.

Perguntou também o Sr. Deputado se recebemos informações do Banco de Portugal sobre imparidades, sobre o conteúdo das imparidades e sobre se foi o Banco de Portugal que as detectou.

As imparidades não foram descobertas nem pelo Dr. Miguel Cadilhe nem pelo Dr. Francisco Bandeira. São óptimos profissionais, mas não descobriram nada. Quem descobriu as imparidades foi a Mazars no Banco

Insular e foi a Deloitte no Grupo BPN. Portanto, à sua pergunta sobre se a informação foi do Banco de Portugal, a resposta é não. O Banco de Portugal também não viu imparidades nenhuma. E porquê? Porque, nem o Banco de Portugal nem nós, fazia pouco sentido estarmos a inspeccionarmo-nos a nós próprios.

O que é que fazemos nestes casos? Nestes casos entregamos, como é evidente, a terceiros, a entidades independentes, que nos façam as auditorias. E, então, as imparidades do Banco Insular foram determinadas pela Mazars. Não é bem assim... É quase assim, mas eu concretizo: as auditorias da Deloitte foram determinadas pela Deloitte...

Já agora, vamos por partes: sobre as auditorias da Mazars, a Mazars não teve tempo de fazer uma análise de crédito. É muito difícil. Podemos ver, se quiserem, depois, o resultado do relatório de auditoria e eles chegaram à conclusão que tudo o que estava no balcão n.º 2 eram imparidades e disseram: as imparidades são 390 milhões de euros. E nós dissemos: não, não são nada. Porque havia lá, e há, algumas sociedades não residentes que têm activos, como do outro lado, do balcão n.º 1, há empresas que não têm activos.

Então, nós, os serviços internos, fizemos a auditoria às imparidades. Os 360 milhões de euros de que se fala foram calculados, foram determinados por nós, com a certeza absoluta que não estavam bem, porque foi uma auditoria feita rapidamente, porque tínhamos de apresentar uns valores E, como tínhamos a certeza de que aquilo não estava correcto, e não estava, fizemos o seguinte: três pessoas foram o Dr. Piriquito Costa, o Dr. António José Duarte e mais alguém que já não me recordo.

Mas nós não ficámos satisfeitos e pedimos à auditoria do banco que certificasse aquelas imparidades e pedimos à Deloitte que certificasse as imparidades que foram descobertas pela auditoria. Quando fomos nacionalizados, estávamos na fase de a Deloitte certificar estes 360 milhões de euros. Fiz-me perceber?

Relativamente às imparidades da SLN e do BPN, repetindo, quem as determinou não fomos nós, não foi o Dr. Francisco Bandeira, não foi o Banco de Portugal, foi a Deloitte, e muito bem. Determinou as imparidades que muito bem entendeu, com a independência completa que sempre teve e tem e teria nesta matéria e chegou a 390 milhões de euros. E nós aceitámos como boas.

No entanto, agora, tenho ouvido, tenho lido, que as imparidades são superiores. Provavelmente, são, mas, para serem superiores, na nossa opinião (não sei qual foi o critério), o agravamento poderá contemplar três situações: poderá já encerrar em si mesmo efeitos negativos que eventualmente a nacionalização possa ter originado na SLN — ou seja, se agora, pelo facto de a SLN ficar sem um banco, o banco ou a Deloitte entender que o risco é maior, as imparidades sobem por esse efeito, mas é pelo efeito da nacionalização; poderá também ter surgido por terem sido, eventualmente, mais severos na análise do que foram para nós, mas a severidade, ou não, é da Deloitte, não é nossa; poderá decorrer também (e sei que ocorreu, porque já foi dito) do facto de terem introduzido desvalorizações dos activos do BPN, mas desvalorizações dos activos que não crédito, ou seja, outro tipo de activos, como prédios, fundos, etc., mas que não têm nada a ver com o crédito. No outro caso estávamos a falar de crédito, neste caso estamos a falar de activos. Se, por exemplo, atendendo a que a conjuntura económica não está bem, se fizer uma auditoria aos

activos de qualquer banco, as imparidades são enormes. Sem ironia, se a Deloitte fizer uma auditoria aos activos, que não crédito, da Caixa Geral de Depósitos, diminuíram, não tenho dúvida nenhuma: uma casa, há cinco meses, vendia-se por não sei quanto e agora vende-se por menos. Portanto, nessa auditoria, também estará incluída essa situação.

Já agora, relativamente à Deloitte, acontece uma situação e vou dizer isto sem nenhum juízo de valor negativo: quanto maior sejam as imparidades, menor o valor do BPN, menor é a indemnização aos accionistas. É claro! Nós (e, quando digo nós, quero dizer conselho Miguel Cadilhe e digo isto, porque o dissemos por escrito) não gostamos muito de ver a Deloitte ser o avaliador do banco, porque a Deloitte fez as auditorias... É evidente que a Deloitte tem os chamados «muros chineses». Uma coisa é a Deloitte auditora outra é a Deloitte avaliadora e, portanto, tem muros fortíssimos e não se vêem. Mas a lei das nacionalizações diz que os avaliadores devem ser independentes substantiva e não formalmente. Devem ser independentes substantivamente e eu, sinceramente, não sei se há muita independência ou se não há.

Pedi-me para identificar uma série de pessoas. Nem o A2 nem o A3 nem o BI. Ouvi falar do A1, sei quem é. Estou sujeito ao sigilo bancário, mas sei quem é. É uma entidade unipessoal, é uma pessoa que tinha um nome, e tem, e que, depois, a certa altura, mudou para A1. É do banco. Obviamente, eu não estou no banco, não vou dizer quem é, mas é uma pessoa. Portanto, se fizerem o favor de perguntar ao Banco Insular, o Banco Insular sabe quem é o A1.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o A2 e o A3?

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Nunca ouvi falar no A2 e no A3. Como disse o João Carvalho das Neves. O A4 é a folha... Desconheço. Nunca ouvi, Sr. Deputado.

Sobre as outras, se não se importarem, ficam em débito com uma resposta: é que tenho de consultar os papéis, mas vou buscá-los.

Pausa.

Quanto aos negócios da Ergi, nunca ouvi falar, a não ser perguntas que me fizeram; Irish Bank, não sei o que é; Créditos do Brasil era uma empresa de crédito ao consumo, que estava «pendurada» no BPN Crédito. É uma empresa que estava com dificuldades, que ainda foi do tempo em que eu lá estava – aliás, foi decisão do nosso conselho mandar encerrar. Penso que o BPN estará a mandar encerrar a empresa.

A triangulação IFI – Cayman – Banco Insular: não há qualquer triangulação. A triangulação que houve (ao que o Sr. Deputado chamou triangulação) é que relativamente a clientes do BPN IFI e clientes do BPN Cayman, os depósitos, sem eles conhecerem, eram abusivamente transitados para o Banco Insular e, depois, podemos falar nessa situação.

Porto Rico e levantamentos em numerário: eu podia também deixar Porto Rico, porque tenho quase a certeza de que me vão fazer mais perguntas, mas podendo, desde já, dizer que Porto Rico está no que nós chamamos «Operações César».

Vou, agora, responder relativamente aos levantamentos em numerário: sim, senhor, foram detectados levantamentos em numerário. E o que é que mandámos fazer? Vimos que algumas pessoas tinham feito

os levantamentos; essas pessoas foram chamadas, inicialmente, e foram recebidas por um membro do Conselho de Administração, eu, e pelo director da auditoria.

Falámos com quatro senhores, quatro colaboradores que disseram todos que sim, tinham levantado dinheiro e tinham-no dado a pessoas específicas. E todos eles disseram: demos a fulano, a sicrano — eram administradores, fundamentalmente — a quem tinham entregue o numerário. Dois dos administradores, sim senhor, disseram logo que sim, confessaram, disseram: «foi a nós».

Então, decidimos o seguinte: a situação era muito grave — gravíssima, muito grave mesmo — e resolvemos, depois da primeira análise feita pelos serviços de auditoria internos — que o melhor era entregar o assunto a uma sociedade de advogados independente, e entregámos.

Essa sociedade fez uma análise mais exhaustiva e concluiu que esse dinheiro era recebido por colaboradores; que era recebido por ex-administradores, quer do banco quer de outras entidades, e, portanto, nós tínhamos — e temos — um problema grave que era o problema fiscal — IRS — e também um problema perante a segurança social, uma vez que se se procederam a remunerações, havia um problema com a segurança social. Aliás, isso foi dito e foi transcrito.

Há uma coisa que tenho que dizer agora e que é o seguinte: pedimos a essa sociedade de advogados que nos desenvolvesse, e temo-lo, o despacho. Deliberámos, em conselho de administração, que isto seria para entregar depois à administração fiscal e à segurança social, mas queríamos entregar o processo completo.

Então, no dia 18 de Novembro, recebemos a proposta da sociedade de advogados, e portanto, nós íamos colocar a cada uma das pessoas que levantou o dinheiro, o problema fiscal.

Mas nós, no dia 18 de Novembro, estávamos nacionalizados e escrevemos, em Janeiro, ao Sr. Presidente do BPN a dizer que, quando éramos conselho de administração tínhamos detectado o levantamento de verbas significativas e numerários que não estavam contabilizadas nas contas, e mandámos o anexo.

Dissemos que foi feita a tal audiência a quatro empregados, por mim e por um auditor; que foi deliberado entregar um auto de averiguações e de encarregar uma sociedade de advogados de assim o fazer; e que recebemos dessa sociedade de advogados em 18 de Novembro o respectivo *dossier*.

Tinha ocorrido a nacionalização, por isso colocámos todo o *dossier* nas mãos do Sr. Presidente do BPN e dissemos: «Olhe, por favor, agora, dê sequência, que nós não podemos dar».

Portanto, confirmo a pergunta do Sr. Deputado ao dizer que houve levantamentos em numerário. Além disso, as pessoas que levantaram eram pessoas de conhecimentos técnicos, escolares, profissionais elevados, portanto sabiam que estavam a receber dinheiro, que não estavam a pagar... Mas, ficámos aí.

Já agora, há uma situação que não tenho dito, mas acho que convém dizer: nós ficámos perfeitamente espantados com a quantidade de irregularidades que aconteciam e, penso que isto já foi dito.

Portanto, a primeira decisão que tomámos foi a de dizer: «Meus senhores, acabaram estas situações». Mas ficámos nervosos. E, então, o que é que resolvemos também fazer? Porque aquilo estava tudo muito

confuso, desde o início, fizemos sempre, sempre, sempre rigorosamente isto: situação irregular — conhecimento ao revisor oficial de contas; conhecimento ao Banco de Portugal; conhecimento à auditoria interna; conhecimento, posteriormente, ao DIAP.

Ou seja, tudo o que nós detectámos, que considerámos irregular ou acabado, em fase de desenvolvimento, está nestas quatro entidades. Certo? Banco de Portugal, auditores, ROC e DIAP.

Portanto, desde o início, fizemos isto. Daí, o pegarmos, agora, nesta relação e mandarmos, agora, neste caso, para o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

Fizemos isso, depois, também com outras situações que têm a ver com *O estado da nação*; mas, como não foram feitas perguntas...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., é exactamente essa a outra questão que lhe colocarei numa segunda ronda, pois, tanto quanto sei, sou eu que disponho desse documento, portanto... Mas não quis monopolizar as questões todas.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Quanto a Porto Rico, vou responder-lhe da seguinte maneira: comecei por dizer que, das minhas áreas, sei concretamente o que se passa; das outras áreas (e esta não é minha) sei, em genérico, o que se passa.

Mas como a pergunta é recorrente, mantendo sempre a questão do sigilo — que vou mantê-la até ao fim, obviamente —, tudo o que me perguntarem, que eu tenha e que possa dar e que seja da SLN, dou sem qualquer problema rigorosamente nenhum.

No caso concreto da operação Porto Rico, vou ler-vos aqui o que é que eu sei, em genérico, porque mandei fazer este documento a um colega meu, que acompanhou isto de perto e, portanto, se me fizer perguntas muito concretas, Sr. Dr., não lhe sei responder. Aliás, vou deixar ao Sr. Presidente este documento, que fará o favor de entregar a cada um dos Srs. Deputados.

Portanto, tenho aqui a sequência do que aconteceu em Porto Rico, se bem que genericamente: houve um acordo de intenções, em 2001, em que nós, SLN, íamos comprar 25% do capital da Biometrics Imagineering e para isso constituímos uma nova sociedade; fizemos um acordo em Outubro relativamente à indicação dos membros dos órgãos sociais da Biometrics; depois, há um contrato entre a SLN e os accionistas, em que a SLN compra, a cada um dos accionistas, 25% da respectiva participação pelo preço, que também já sabem, de 31 milhões de euros; foi feita a liquidação financeira dos 25%; e, depois, prometemos, ainda, comprar à Granjilla por 21 milhões de dólares a Excellence Assets Fund; depois foram vendidas as acções ao Excellence Assets Fund; aparece a New Technologies, etc.; e, finalmente, a relação foi terminada no dia 22 de Julho de 2002, sendo que o acordo final envolveu a Biometrics, representada pelo Sr. Hoyos, e a SLN Novas Tecnologias, o Excellence Assets Fund e a NewTech, representadas pelo Sr. Dr. Manuel Dias Loureiro, que acordaram terminar os direitos e as obrigações referidas da seguinte maneira: o dinheiro entrado na Biometrics ficava lá e nós renunciávamos ao direito de receber as quantias; a Biometrics comprava as acções da NewTech, por 1,2, e o Excellence Assets Fund vendia os seus interesses ao próprio Banco Insular.

Eu, sinceramente, sei tanto quanto vocês... Se me fizer muitas perguntas, vou lendo isto. Se me poupassem, fazíamos aqui um *trade off*: eu dava o papel, vocês não faziam mais perguntas.

Risos.

Não, claro que podem fazer as perguntas, obviamente.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — E o Sr. Dr. pode dar os papéis que quiser...

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Agora, vou tentar responder às questões relativas às *offshores*.

Vamos lá ver, então: eu não tenho a certeza, elas são tantas, as *offshores*... Se eu conhecer ou se estiverem aqui escritas as que forem nossas, digo; as que não forem nossas, digo que não são nossas ou que não temos registo de que são nossas, porque podem aparecer algumas que sejam nossas.

Falou-me na Breslan — a Breslan não é nossa.

A Adler — não está aqui, penso que é nossa, porque tenho ideia de a ter visto; e penso que é uma daquelas que há bocadito eu disse que provavelmente foi liquidada, foi saldada, e estará lá nas «não vivas». Vamos imaginar que esta empresa teve um financiamento e depois o pagou de uma maneira qualquer e que o saldo está zerado, está a zeros. Portanto, não conta da lista, pois nós só recolhemos o que estava vivo, portanto, não consta como responsabilidade viva.

A Temporary é nossa, portanto, ouvi falar, claro! Está ligada a acções da SLN; a Bremenhill não é nossa; a Delas — não a tenho aqui ; a FC Marketing, não a tenho aqui.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Creio que agora...

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, agora a ronda de perguntas tem de seguir outra prioridade.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Mas não é essa a sequência normal, embora o Sr. Deputado João Semedo tenha protestado por ficar sempre entre o CDS e o...

O Sr. João Semedo (BE): — Na última vez, já se tinha posto esse problema e a Sr.^a Presidente Maria de Belém Roseira sugeriu que se fosse alternando as prioridades.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Então, a ordem das intervenções será agora em sentido contrário.

Nesse caso, tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Meira Fernandes, muito obrigada por estar aqui presente e pelos esclarecimentos que já nos deu — que foram muitos e importantes.

Gostaria, no entanto, que precisasse um certo número de questões.

Em primeiro lugar, ouvimos aqui pessoas que estiveram ligadas à área das operações do banco e foi-nos dito que o Banco de Portugal podia

ter tido acesso a todos os registos, que era fácil lá chegar. Todavia, também nos foi dito pelo Dr. António Franco que havia um filtro para o Banco de Portugal. De que é que constava esse filtro? A que é que isso corresponde? Quais são os registos que lá estavam?

E, por outro lado, como é possível consultar os documentos? É possível fazê-lo por mutuário? E sobre que itens é que eles podem ser agrupados? Caso contrário, são impossíveis de tratar.

Também gostaria de o questionar em relação a uma carta que tem a ver com a mesma questão. A 10 de Outubro de 2008, num *e-mail* seu ao Dr. Vaz Mascarenhas, de que ele nos deu conhecimento, é pedido por si ao Banco Insular a relação dos mutuários, com a identificação do nome, tipo de operação, a relação dos maiores depositantes, bancos ou particulares, enfim todo este tipo de informações.

Ora, é estranho que não tivesse essas informações, na medida em que a fonte de dados estaria no próprio BPN. É, pois, um bocado estranho como é que, ao fim de lá estar tanto tempo, vai perguntar estes dados. Fá-lo só para verificar o que lá tinham? Como é que podia consultar toda esta informação? E, no fundo, por que razão vai perguntar ao Banco Insular algo que está no BPN?

Referiu-se ainda aos levantamentos em numerário. Evidentemente, não vou pedir-lhe os nomes das pessoas, porque não os pode dar, mas queria fazer-lhe três perguntas: em primeiro lugar, a ordem de grandeza destes levantamentos, por mês ou por ano (pela unidade de tempo que quiser); em segundo lugar, se estes levantamentos eram regulares ou se, por exemplo, em 2007 houve mais levantamentos deste tipo; e, por último, o número de pessoas envolvidas nestes levantamentos, para termos uma noção.

Diga-nos ainda como foi a ocorrência destes levantamentos ao longo dos anos; isto é, se em 2007 foram mais fortes, por qualquer razão.

Penso que também fazia parte das suas funções o *rating* imobiliário...

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Tinha o *rating* da banca, não o imobiliário.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Ah! o *rating* da banca. Realmente, achei estranho...

Aliás, já solicitámos — mas ainda não nos foram transmitidos — os relatórios de *rating* das empresas. Mas, sobre essa matéria, o Sr. Dr. deve poder fazer-nos um histórico das empresas de *rating* que cotaram, uma vez que o BPN teve de recorrer a financiamentos e, portanto, era, de certeza, cotado. Pergunto que relatórios havia aqui, de que empresas e que problemas foram postos nesses relatórios, para além, obviamente, da cotação.

Estas são as questões que considero mais importantes, de momento.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Meira Fernandes.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Sr.^a Deputada Leonor Coutinho, agradeço as perguntas que formulou e que vou tentar responder.

Começo logo pela carta de 10 de Outubro... Aliás, vou deixar para o fim, para dar a impressão de que, realmente, podia ver — e podia.

Pergunta-me se é fácil o Banco de Portugal ter acesso a estes dados. Sim, é muito fácil. Mas eu, por exemplo, não tinha acesso, pura e simplesmente, porque não queria, e não queria porque não precisava. Davam-me tudo.

O ter acesso é tão simples quanto isto: os sistemas informáticos são seguros e, tal como nós temos uma *password* para entrar no nosso computador, bastava pedir a *password*. E são atribuídas *passwords* diferentes conforme o grau, a hierarquia das pessoas: o presidente pode ter acesso a tudo, o caixa só pode ter acesso aos movimentos, etc.

Portanto, o Banco de Portugal, como entidade supervisora, podia pedir e, normalmente, pede e dá-se-lhe! Aliás, não é segredo nenhum. O Banco de Portugal tem directamente acesso às contas do BPN e à tesouraria de qualquer banco. Eu tinha funções de tesouraria e era fiscalizado, em termos de tesouraria, diariamente. Aliás, muitas vezes era o Banco de Portugal que me dizia: «o que é que se passou? Houve um movimento tão contínuo...?» Eu nem sabia! Então, ia ver.

Não havia qualquer problema, bastava pedir. E o acesso é facílimo, não há filtro nenhum. O filtro que havia era humano: não se lhes dava, ocultava-se!

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Gostava que me explicasse...

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Sr.^a Deputada, é tão simples quanto isto: se eu lhe der o meu computador, a Sr.^a Deputada entra onde quiser, mas na minha conta não entra. Mas se lhe disser qual é a minha *password*, entra. É só dizer isso.

Atenção, no caso da banca é um bocadinho diferente para poder ter acesso, mas não deixa de ser fácil. Se quiser ter acesso, por exemplo, às contas de Cayman, dá-se-lhe a *password* para entrar no *software*, no sistema aplicacional de Cayman — é-lhe dada a *password*, entra, faz o que quiser e tudo fica registado. Só não se dá a toda a gente porque, desde logo, não tem interesse.

É fácilimo dar, não há qualquer filtro.

Há ainda um aspecto que, por ser tão evidente, podemos esquecer, que é o facto de estarmos a falar de situações de fraude. Ora, quem faz a fraude não deixa um bilhete a dizer: «eu fiz um desvio deste...». Não diz! Nem diz que está acolá. Obviamente não diz, esconde!

O que aconteceu foi que quem fazia... Aliás, vou ser simpático, com todo o gosto, para o Sr. Dr. Oliveira e Costa: ele não fez, de certeza, porque não tinha computador, segundo dizem. Portanto, não fez nenhum registo, não fez nenhuma consulta, o que não significa que não tenha sido (se é que foi) o mandante.

Portanto, o ter acesso ou não ter acesso aqui é fácilimo.

Como é possível consultar os mutuários? É possível consultar desde que tenha acesso, e entra-se em tudo o que for do sistema, tudo o que estiver registado.

Por que é que eu, em 10 de Outubro, tendo todas estas possibilidades e trabalhando na banca há tantos anos, resolvi escrever (não fui eu, fomos nós, mas quem mandou o *e-mail* fui eu) a pedir tudo isto? Por um motivo muito simples: eu nunca admiti, nem agora, que o Banco Insular era nosso. Ia ser... Estávamos a pensar integrar o Banco Insular, mas como não era nosso eu não quis cometer a ilegalidade de ir

ver os mutuários de um banco que não era o nosso. Então, disse: «dê-me o senhor os mutuários».

Se bem que antes, quando pensei que era nosso, tinha ido lá. Certo? Em 24 de Junho, em 26 de Junho e por aí fora, pensava que o banco era nosso, fui lá ver. Depois, vi que não era nosso e pedi autorização.

O que estou a dizer não é um pormenor, é um «pormaior»!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Já tinha dado conta que o banco onde tinha entrado não era vosso?

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Exactamente! Na primeira vez não... Quando dei que não era nosso, disse: «não vou...». Eu entro na minha casa: se dizem que a casa é minha, eu pego na chave e entro! «Pois é, mas não é tua». Mas eu já lá entrei, já dormi, já comi, mas depois não entro mais. Digo assim: «Dão-me licença que entre?»

Portanto, a explicação é simples.

Quanto à ordem de grandeza do levantamento em numerário, são milhões de euros, alguns milhões de euros. Eu sei exactamente quanto é, mas não vou dizer mais ou menos. A Sr.ª Deputada vai entender que não posso dizer... Ou, posso dizer, mas isso não tem relevância alguma.

Vou dizer algo mais importante: há duas contas que têm movimentos de custos e levantamentos de numerário da ordem dos cento e tal milhões de euros, e nós (numa dessas) apanhámos um movimento — vamos imaginar — inferior a uma dezena de milhões de euros, mas próximo disso.

Só vimos esse movimento. Pegámos nele e escalpelizámos essa lista, mas não escalpelizámos tudo. Se lhe dissesse, por exemplo, 7 milhões, 4

milhões, a Sr.^a Deputada questionaria se foram 4 ou 7 milhões. Mas não! Aquele bocadinho foi essa importância. Fiz-me entender?

Eu vi uma parte e sei exactamente quanto vi (tenho aqui o papel à minha frente), a seguir o meu colega viu mais. Porquê? Porque viu outra sequência de movimentos. Mas, é fácil ir lá e este era o trabalho que estávamos a fazer agora — o do levantamento.

Em relação à sua regularidade, as pessoas recebiam salários mensalmente, uma parte era legalmente, outra era em numerário. Ora, quem recebia em numerário, em moeda viva, sonante, todos os meses ia receber o dinheiro. Portanto, toda a gente que recebia por fora, recebia todos os meses a sua verba, verba essa, já agora, que depois reportámos também para o BPN.

A nós não nos pareceu bem; ou, por outra, pareceu-nos mal.

Peço desculpa à pessoa de quem vou utilizar o nome, mas vou ter de o fazer: o Sr. Dr. Abdool Vakil, um profissional com mais de 40 anos de banca, quando assumiu as funções, resolveu introduzir nos salários das pessoas (nomeadamente, também de administradores que recebiam por fora) o salário efectivo. E não pode ser, não é? — dizem os juristas. Tem de ser em assembleia-geral ou tem de ser em comissão de remunerações. E foi isso que nos alertou para ver, para andarmos à procura. Colocámos a questão (que está em aberto, está agora com o BPN): como é possível esta situação?!

Às tantas, os Srs. Deputados vão pensar: «Este senhor que aqui está diz isto com uma facilidade», quando me ouvem falar nestas irregularidades. Mas não é com facilidade! Nós tínhamos uma tarefa hercúlea, mesmo, era uma coisa diabólica. E a estes aspectos, que são importantes, nós atribuíamos a importância respectiva, mas como

tínhamos a corda na ponta, tínhamos calma. Pensávamos: «Temos isto aqui, que vai ser resolvido com tempo». Mas era, obviamente, uma matéria que nos preocupava bastante e tanto nos preocupava que fizemos um processo de averiguações (que iríamos continuar) e não tenho qualquer dúvida de que o novo conselho irá fazer isso de certeza.

Quanto às empresas de *rating*, gostaria muito de poder responder, até porque essa matéria estava mesmo comigo e era um assunto que me era muito agradável. Em relação ao BPN, o *rating* era feito ao BPN.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Mas não tinha acesso aos *ratings*?

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Tinha. Obviamente que tinha. Sei quais são os *ratings*. Posso-lhe dizer, mas isto é matéria do banco, claro.

Pois, já agora, talvez tenha interesse dizer isto. Em relação ao *rating* tínhamos duas empresas que trabalhavam connosco, a Fides e a Moody's. Há quem tenha a Standard & Poor's, mas nós tínhamos essas duas. E, como muito bem disse, isto tem interesse, nomeadamente no que se refere aos casos de *funding*, porque quanto melhor a notação de *rating*, mais barato é o que se paga pela utilização do crédito.

Para a determinação destes *ratings*, ponderam-se diversos aspectos. Pondera-se, por exemplo, a concentração dos créditos por sectores de actividade com maior ou menor risco, pondera-se a relação que existe entre capitais próprios e capitais alheios, ponderam o maior ou menor controlo que a instituição financeira tem. Portanto, eles analisam tudo: a antiguidade das pessoas, a qualidade profissional, no fundo, imensas hipóteses e é em função de todos esses elementos que é atribuído um *rating*.

O nosso *rating* tinha vindo a descer por diversos motivos. Porque não cumpria o rácio de solubilidade de 8%, porque há limites para os grandes riscos e o limite para os grandes riscos estava ultrapassado, porque tinha acções próprias superiores a 10%.

Em suma, há uma infinidade de razões, mas posso dizer-lhe que o *rating* da Fides era BBB e o *rating* da Moody's era BAA3. Estes são o limite mínimo do *rating* para um banco ser considerado a seguir ao chamado *junk rating*.

Isto funciona da seguinte maneira, como sabe: vêm as empresas de *rating*, que analisam e com as quais tivemos várias reuniões. Fizemos até uma coisa, que não foi inovação, mas foi uma coisa que não era normal. Antes de nós chegarmos, os directores falavam sobre o banco e no nosso caso, no inquérito, que é mesmo um inquérito, feito em dois dias ao banco, quem respondeu foram só administradores, sendo certo que cada um de nós teve um director, mas o director não falou.

De facto, o que quisemos dizer com isto? – e desculpem a imodéstia. Estávamos a ver que se o *rating* descesse para além de um certo limite, venciam-se, como se venceram, alguns.... E como nós tínhamos números maus para apresentar, o que é que tentámos fazer? Tentámos mostrar às empresas de *rating* que os números não eram bons mas que a qualidade dos administradores era excelente e que dominávamos todos os *dossiers*.

Portanto, respondemos a tudo, e isto, penso, contribuiu mesmo para não baixar mais o *rating*. Tudo isto para dizer que, realmente, o *rating* não estava bom.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Sr. Presidente, gostaria de uma precisão em relação a uma pergunta que já foi feita.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — A questão tem que ver com os levantamentos em numerário.

Falou aqui de salários. Eu sei que os salários são normalmente mensais, mas o que eu queria saber é se, para além de salários, havia outros levantamentos em numerário e quando é que eles ocorriam essencialmente.

Gostaria de saber, em particular, se foram superiores em 2007.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Quanto à data, não vou poder responder-lhe mesmo, porque não sei.

Como lhe disse, só temos uma lista. Mas posso-lhe responder que os levantamentos não foram só para salários, porque há montantes elevadíssimos. Ninguém ganha 220 000 € por mês, ou 200 000 € por mês, ou 100 000 € por mês, ou 300 000 € por mês, ou 50 000 € por mês. Certo?

Relativamente ao montante, não vou mesmo poder dizer mais nada.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Obrigada. Era isso mesmo que eu queria, ou seja que confirmasse que não era só para salários. É que falou-se aqui muito dos salários, mas havia muito mais para além disso.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Sr.^a Deputada, eu não sei se é só salários. Sei quanto é que ganhávamos, e ganhávamos bem, mas não ganhávamos esses valores... Não sei se esses valores eram os salários. Penso que não eram. Sinceramente, penso, não — aliás, tenho a certeza de que não eram! Isto porque sei quais eram os salários.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Como não são regulares, não são mensais, quer dizer que não são salários.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Penso que está esclarecida a questão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de começar por agradecer a presença do Sr. Dr. Meira Fernandes e, naturalmente, solicitar que, na medida do possível, dê as respostas às questões que vou colocar.

Tomei nota de uma afirmação que fez, de algo que já me tinha apercebido que se teria passado, mas em relação à qual gostaria de um esclarecimento mais completo.

Quando chegou à administração do SLN, verificou que foi pedida a tal auditoria. Já fiquei esclarecido sobre a precedência que diz que houve da parte da administração nesse pedido de auditoria e que, pouco tempo depois, através da auditoria, os administradores começaram a aperceber-se do que se estava a passar. Mas percebi que já estariam, lá no banco, inspectores do Banco de Portugal, desde Janeiro — julgo que eram inspectores ou da área da supervisão — por isso, gostaria que esclarecesse como é que se explica que se a Mazars começou a detectar e

a dizer à administração, logo naquela altura, como é que quem lá estava não se apercebeu.

É certo que deu uma explicação, mas, sinceramente, gostaria de um esclarecimento sobre esta questão. Ou seja, como é que, estando ali desde Janeiro, o Banco de Portugal não se apercebeu exactamente de toda essa «imaginação fértil» que referiu e que (como estamos a aperceber) foi aquilo que funcionou no BPN durante vários anos.

Uma outra questão tem a ver com as empresas de contabilidade. Julgo que até entregou um papel, que penso que vamos ler (pois, parece que vai ser entregue), para vermos exactamente o que é que as empresas de contabilidade iam detectando em relação ao Banco Insular.

A questão que coloco, concretamente, é a de saber se as empresas de contabilidade tiveram acesso a esses documentos do Banco Insular e se sabe se, alguma vez, foi dado conhecimento dessa «imaginação» — que constava dessas empresas de contabilidade no funcionamento do Banco Insular — ao Banco de Portugal.

Gostaria de confrontá-lo, agora, com duas ou três afirmações que já foram proferidas nesta Comissão de Inquérito, uma delas pelo Dr. Rui Pedras, que, a certa altura, disse que houve um momento em que ele próprio se perguntava por que é que o Banco de Portugal não actuou. Por exemplo, quando recebeu uma carta da SLN em que a gestão confessava que tinha um banco ilegal.

Portanto, sobre o tal problema da detenção formal ou material de quem era o banco, a questão que quero levantar é esta: há esta frase, que já foi aqui proferida, e a minha pergunta é se tem alguma explicação para o facto de o Banco de Portugal realmente não ter actuado antes, perante os elementos de que já dispunha, ou seja, antes de 2007, pelo menos.

Há uma outra frase, que foi aqui proferida pelo Prof. Dr. João Carvalho das Neves, que disse que alguns acontecimentos eram conhecidos em departamentos do Banco de Portugal, mas por Vítor Constâncio.

Devo dizer que fiquei um pouco surpreendido com isto, pelo que gostaria que me desse algum esclarecimento em relação a esta matéria. Como é que é possível, se é que é possível, que houvesse elementos que eram conhecidos dos departamentos do Banco de Portugal, nomeadamente do departamento de supervisão ou de inspecção, e não do governador do Banco de Portugal?

Também tem sido aqui afirmado, nomeadamente pelo Dr. Miguel Cadilhe e pelas pessoas que acabei de citar (nomeadamente colegas de V. Ex.^a na administração do Banco), que a falha de supervisão é clara. Penso que já o afirmou hoje, dizendo que inclui nisso os auditores internos, os ROC, etc. Mas foi também aqui afirmado que houve falta de zelo de técnicos do Banco de Portugal.

Gostaria de um esclarecimento sobre isto, porque convém para nós e para a Comissão que comecemos a saber exactamente o que é que se passava. Podemos perguntar: mas se os técnicos têm conhecimento, será que o vice-governador para a área da supervisão também não deve ter, para poder actuar?

Sobre a nacionalização foi aqui afirmado pelo Prof. Dr. João Carvalho das Neves que estava convicto de que o Sr. Ministro das Finanças já tinha decidido nacionalizar o banco, mesmo antes de ter conhecimento do plano Cadilhe para reestruturar o Grupo.

Ora, isto suscita-me uma série de perguntas sobre a questão da nacionalização. Por exemplo, quando estive lá, enquanto actor

privilegiado dessa situação, pode dizer-nos se o que já nos descreveu aqui, e que já vimos que era de uma «fértil imaginação», face ao que foi encontrando e, na altura, em que foi decidida a nacionalização, justificava a nacionalização ou havia alternativas à nacionalização? Coloco esta questão, porque é útil para esta Comissão ouvir o que tem para nos dizer e o que pensa quem esteve nessa situação, nomeadamente em comparação com o plano do Dr. Miguel Cadilhe.

Depois tenho uma questão sobre as reuniões com o Governador do Banco de Portugal. Foi aqui dito pelo Dr. Miguel Cadilhe que houve reuniões com o Banco de Portugal e em algumas V. Ex.^ª teria estado presente.

Para esta Comissão é muito importante saber se esteve presente, em quantas, o que se passou, o que se perguntava e quais eram os objectivos dessas reuniões que teve no Banco de Portugal.

Tomei nota de que, logo que chegaram — face às medidas que tomaram, na administração do Dr. Miguel Cadilhe —, começaram a aperceber-se das práticas irregulares no BPN, na SLN, no Banco Insular, na utilização de *offshores*... Essa detecção reportava-se a factos que se passaram durante vários anos, pelo que pergunto: desde quando é que se processaram os factos que detectaram?

A minha última pergunta é a seguinte: face, até, a uma certa facilidade com que encontraram essas irregularidades quando chegaram à administração do Banco, como é que é possível que o Banco de Portugal não tenha utilizado os meios de que dispõe nos termos da lei, nomeadamente o n.º 2 do artigo 116.º do RGIC? Se o Banco de Portugal se apercebeu, por que é que não utilizou todos os meios que tinha ao seu alcance para evitar que o banco chegasse à situação a que chegou?

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Para responder, tem a palavra o Dr. Meira Fernandes.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Sr. Deputado Hugo Velosa, muito obrigado pelas perguntas que me colocou.

Naturalmente, vou responder a todas e, se V. Ex.^a não se importa, vou deixar para o fim a pergunta sobre a nacionalização, que é, talvez, a que demorará mais tempo a responder.

Em primeiro lugar, pergunta como é que, havendo no banco supervisores do Banco de Portugal desde Janeiro, eles não souberam ou não detectaram.

Já disse há pouco — e terei todo o gosto em dizê-lo novamente — que também não percebia, porque não tenho dúvida de que os Srs. Inspectores do Banco de Portugal são pessoas altamente qualificadas, por isso não percebo como é que não descobriram.

Sem ironia, repetindo de novo o que disse há pouco, quem fez a fraude não deixou lá o papel, nem tão pouco sublinhado... Desconfia-se e há sinais muito evidentes de que há qualquer coisa que corre mal: há cartas de 2004, de 2005 e de 2006 do DIAP, há perguntas de 2007 da supervisão, há situações (como vi ainda há dois dias) de Maio de 2007 — daqui a um bocado poderemos falar disso.

Bom, o que lhe posso dizer é que também estranhámos... Estranho, mesmo! Peço desculpa aos Srs. Supervisores do Banco de Portugal se amanhã esta notícia lhes chegar, mas se eles tivessem actuado com — e vou dizer a palavra, porque foi dita — mais zelo, acho, sinceramente, e com o devido respeito pelos senhores, que não era difícil... Penso que

acreditaram, de uma maneira — vou dizer uma palavra talvez não muito bonita — ingénua, que as pessoas falavam verdade. Porque era fácil... As pessoas a quem nós perguntámos disseram imediatamente... Obviamente que aos outros colegas da administração, na altura, eles não diriam, porque ninguém lhes perguntava, mas quando nós lá chegámos e perguntámos disseram logo. Disseram também ao conselho anterior ao nosso, ao Dr. Abdool Vakil, porque ele, a partir de Março, já conhecia a situação. Aliás, podemos falar disso mais à frente, mas penso que o Dr. Abdool Vakil terá dito isso ao Banco de Portugal. De outra maneira, se ele, mal teve conhecimento, por acaso não disse ao Banco de Portugal... Deve ter dito, porque para ele tinha uma consequência muito má e já teria vindo a lume.

Quanto à contabilidade, vou pedir desculpa, mas não percebi a pergunta. Se havia imaginação da contabilidade? Se foi dado conhecimento ao Banco de Portugal?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Se aqueles documentos que citou e que, depois, o Sr. Doutor disse que não ia referir todos...

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Ah, sim senhor. Já percebi, Sr. Deputado.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Se sabe se alguma vez chegaram ao conhecimento do Banco de Portugal os factos que constavam da contabilidade que fizeram ao Banco Insular.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Não sei. O que há pouco pretendi dizer — e não sei se fui claro — foi que a contabilidade (é um mero registo) não foi feita pelo BPN, foi feita nas plataformas do BPN: primeiro, pela J. Vaz Mascarenhas Unipessoal, Ld.^a; depois, pela JP Mascarenhas e Filhos, depois, pela Sopromat; e depois por nós mesmos. Quando não estava o BPN a fazer, nós estávamos a fazer na nossa plataforma, mas em nome do Banco Insular. Não éramos nós, era o Banco Insular, e pagavam-nos, como disse há pouco.

Não deram conhecimento ao Banco de Portugal, embora tivessem dado conhecimento a toda a gente. Portanto, podemos ver daqui a pouco — não sei onde é que tomei nota disso — quando é que foi dado conhecimento desta situação. Conhecia-a não só o Sr. António Franco, o Sr. Dr. António José Duarte, o Emanuel Peixoto, o Sr. Administrador Francisco Sanches, conhecia-a também outras pessoas... Muita gente conhecia. Portanto, penso que não deram conhecimento ao Banco de Portugal, como é evidente.

Porque é que o Banco de Portugal não actuou? Olhe, não sei também. Sinceramente não sei! E como V. Ex.^a disse, e muito bem, podia utilizar as alternativas da legislação da mesma maneira que utilizou para nós, e muito bem, em que nomeou dois administradores provisórios. Poderia ter nomeado na altura.

Não entendo por que é que no período do Sr. Dr. Abdool Vakil não nomeou, porque ele já tinha muita, muita informação. Penso que não nomeou no nosso tempo dada a qualidade do Dr. Miguel Cadilhe e por ter acreditado — acreditou, e disse-o várias vezes, quer a nós, quer publicamente (e disse-o mesmo muito sentido) — que nós conseguiríamos solucionar o problema. E nós também estávamos convencidos disso, só

que, depois, quando começámos a ver o grau de imparidades, dissemos: «Ah, nós daremos, mas tem de haver um apoio extra que nós não estávamos a pensar...». E foi quando saiu o plano de 23X08.

Portanto, penso que o Sr. Governador do Banco de Portugal, a administração do Banco de Portugal, não o terá feito isso nessa altura também por esse facto, mas acho que podia e devia tê-lo feito antes. No entanto, esta opinião vale o que vale, é uma opinião (a minha) em 10 milhões de portugueses, e tem um valor relativo.

Perguntou ainda o Sr. Deputado se houve falta de zelo da parte dos técnicos do Banco de Portugal. As minhas desculpas, Srs. Técnicos, mas acho que houve falta de zelo. Acho mesmo que houve falta de zelo. Acreditaram..., não sei...

Perguntou-me V. Ex.^ª se, sendo esses factos conhecidos nos departamentos do Banco Central, era possível não serem do conhecimento do Sr. Governador. Eu também estranho, mas admito perfeitamente que não tenham sido. Não sei como é que funciona o sistema.

E tinha uma sugestão a fazer... Não é uma sugestão, é uma introspecção que me ocorre muitas vezes, que é a seguinte: o Banco de Portugal, e muito bem — muito bem, mesmo, na minha opinião (agora já não é um em 10 milhões, porque é uma opinião mais avalizada —, disse, e acho que devia fazê-lo, que ia também fazer uma auditoria à direcção de auditoria do Banco, uma auditoria aos revisores oficiais de contas e uma auditoria aos auditores e aos ROC.

Ora, eu acho muito bem, mas sugeria, sem ironia nenhuma, que fizesse com muita urgência uma auditoria aos serviços de supervisão, porque é impossível que, se ele não soube — e admito que o Sr.

Governador, os Srs. Vice-Governadores e os Srs. Administradores não tenham tido conhecimento (é estranho, mas obviamente que temos de acreditar, e acredito)... E, sendo conhecido — vejam-se as cartas do DIAP, para quem eram dirigidas, veja-se, por exemplo, os *e-mails* para quem eram dirigidos... Portanto, se são conhecidos em alguns sítios, acho que era muito útil que fosse feita uma auditoria à supervisão.

Até porque, a certa altura — vou repetir o que o meu colega João Carvalho das Neves disse —, as reuniões... Eu estive presente em todas, todas, todas as reuniões e vi o que é que se passou. Na última, que foi no dia 2 de Novembro, dia da nacionalização, só estive presente o Dr. Miguel Cadilhe e eu — e também poderei falar nessa —, mas logo a partir da segunda ou da terceira reunião, todos nós começámos a ficar (na palavra e na orientação do Dr. Miguel Cadilhe) incomodados com o que estávamos a ver. Incomodadíssimos!

E o Sr. Dr. Miguel Cadilhe começou a dizer: parece impossível, o Banco de Portugal não viu, isto são erros graves, há uma lacuna muito grave... E os termos em que isso era dito eram, obviamente, delicadíssimos, mas com linguagem fortíssima de parte a parte. E penso que, a certa altura, o conselho, o Sr. Governador, os Srs. Vice-Governadores estavam a entender aquilo como se fosse, digamos, uma acusação do Sr. Dr. Miguel Cadilhe e da nossa equipa — nós não podíamos falar, porque só falava uma voz de cada vez, mas se pudéssemos diríamos exactamente o mesmo, que seria qualquer coisa relacionada... Obviamente que todos nós, bem como o Dr. Miguel Cadilhe, temos o maior respeito pelo Sr. Governador.

O que nós estávamos a pensar e não dissemos com esta clareza — e deixem-me utilizar a palavra que eu utilizei — foi o seguinte: o Banco de

Portugal, que tinha mais que meios para ter conhecimento, não sabe?!... Até poderei depreender que pensavam que estávamos a falar dos nossos interlocutores, só que nós não podíamos falar para o Banco de Portugal, como um todo (não sei quantas pessoas tem, talvez 2000...), falávamos para aquela pessoa...

Pergunta o Sr. Deputado quando é que detectámos as práticas irregulares. Passados uns tempos, no dia 24, vimos que havia um banco com movimentos. Aliás, aquilo que eu li há pouco ficámos a saber no dia 26, ficámos a saber tudo o que lá estava. Portanto, aquilo de regular não tem nada, pelo que ficámos a conhecer irregularidades a partir do dia 26. Depois, cada dia (é uma força de expressão) começámos a receber empresas, em que apareciam testas-de-ferro (no sentido positivo) a dizer: «Esta empresa é vossa.» E quando aparecia alguém a dizer que as empresas eram nossas tratava-se, de certeza absoluta, de uma empresa que não valia nada. Portanto, detectámos logo as irregularidades.

Como é que foi possível o Banco de Portugal não utilizar todos os meios que tinha ao seu alcance? Sinceramente, não sei, mas que tinha meios ao seu alcance, tinha, e podia tê-los utilizado. Não sei se foi ingenuidade.

Passo a responder à pergunta do Sr. Deputado Hugo Velosa relativamente ao problema da viabilidade da proposta apresentada pelo Sr. Dr. Miguel Cadilhe.

O Grupo tinha dois problemas: um problema conjuntural e um problema estrutural. O problema conjuntural tinha a ver com problemas de liquidez, que só começam a surgir em meados de Setembro, em finais de Setembro e princípios de Outubro. E, já agora, direi que, quando tomámos posse, a situação da liquidez era apertada, o controlo era

quinzenal — de acordo com a regra, é mensal. Depois, de imediato, na primeira reunião, o Sr. Governador, com todo o direito que tinha — eu tinha também a tesouraria —, disse: nós vamos querer que o controlo seja diário. E nós passámos a fazer controlo diário. Todos os dias tínhamos de prestar contas ao Banco de Portugal. Depois, começou a correr bem, passámos a ter controlo semanal. Depois, começou a correr melhor ainda, passámos a ter controlo quinzenal e mensal. Depois, quando surgiu o caso do Lehman Brothers, houve um senhor do Banco de Portugal que anunciou que havia três bancos pequenos que estavam com dificuldades. Disse: «Em Portugal, há três banquitos pequenos que estão...» E quais eram os bancos pequenos? Qual era o banco que andava sempre nos jornais? O efeito foi imediato: começou a haver um levantamento dos depósitos, uma coisa... Ora, levantamento gera levantamento!...

Entretanto, como há pouco disse à Sr.^a Deputada Leonor Coutinho, havia problemas de *rating*, o nosso *rating* tinha descido. O nosso *rating* desceu, ainda não tínhamos o rácio consolidado nos 8%, tínhamos os empréstimos sindicados e os bancos obrigaram-nos a fazer uma antecipação de pagamento (tínhamos um empréstimo que se vencia em 2010, 103 milhões de euros, se a memória não me falha), o que foi mais uma «ajuda» para a nossa liquidez.

Depois, para resolver estes problemas, tivemos de ir à Caixa Geral de Depósitos e ao Banco de Portugal, que foi uma coisa simples mas que foi muito falada, mal falada na nossa opinião.

Mas, como eu estava a dizer, nós tínhamos dois problemas, um de conjuntura, que era este problema de liquidez, e muito grave, pois a partir de Outubro vimo-nos atrapalhados, e, outro, estrutural, que era resolver o problema da falta de capitais próprios decorrente da ocultação das

irregularidades que conduziram àquelas imparidades vultuosas. Ora, o que aconteceu? Tínhamos de reforçar os capitais próprios para resolver o problema de liquidez.

Na solução para o problema estrutural, pensámos que o resolveríamos de uma maneira equitativa, apresentámos a solução no plano de viabilidade, que era a seguinte: os accionistas teriam um esforço de 380 milhões de euros, entrariam com este valor, e o Estado entraria com 600 milhões de euros, com isto reforçávamos os capitais próprios em 980 milhões de euros, complementarmente, pedíamos um empréstimo, avalizado pelo Estado, de 500 milhões de euros, e,, com isto resolvíamos o problema conjuntural.

Portanto, com 1480 milhões de euros, reforçávamos os capitais próprios e resolveríamos o problema da liquidez.

É claro que se diz «500 milhões de euros...?» 500 milhões de euros de empréstimo avalizado pelo Estado, com o devido respeito, não é nada. São 8% do total de depósitos. Para nós, 1 milhão é muito! 100 000 euros também é um pedaço! Mas para um banco 500 milhões de euros não é nada. Mais: essa garantia, que pedíamos ao Estado, era remunerada, pagávamo-la, obviamente... O empréstimo era garantido pelo Estado, mas nós pedíamos a sete bancos aos quais pagaríamos o *spread* (seria à volta da Euribor mais 1, 1,5 ou 1,25), pagaríamos a comissão de aval ao Estado e daríamos como contragarantia activos com valor cerca de três vezes superior aos 500 milhões de euros. Portanto, o risco era zero! Não havia qualquer problema! E estamos a falar de valores irrisórios: 500 milhões de euros é muito para nós, pelo menos para mim, mas para um banco...

Este empréstimo garantido pelo Estado já estava negociado com os sete bancos, todo o *dossier* estava feito, estava completo e nós

entregávamos, e entregámos, aos novos senhores administradores provisórios quando eles vieram, e eles chegaram no dia 3. No dia 31 tínhamos o documento já assinado pelo Sr. Dr. Miguel Cadilhe e por mim próprio. Portanto, estava negociado e não havia qualquer problema.

Pareceu-nos que esta situação seria a mais correcta até porque a entrada do Estado com os 600 milhões de euros era com base em alguns pressupostos, que eram acções preferenciais, mas com direitos especiais. Tinham direito a uma remuneração, não eram de graça, como se pensava que era (não era a taxa perdida, era à taxa da dívida pública mais 1%), com a possibilidade de se pagarem dividendos especiais. Aliás, curiosamente, esta proposta do plano que Miguel Cadilhe apresentou veio a ser consagrada na Lei n.º 63-A, de 24 de Novembro, para a recapitalização da banca, tal e qual. Portanto, não foi nada de especial.

O Estado poderia nomear administradores, o esforço para os contribuintes seria menos 380 milhões de euros. Eu não sei se o projecto depois iria ser viável, iríamos ver, estávamos muito convencidos de que sim, mas, de qualquer maneira, em termos de contraponto com o apresentado pelo Estado, era mais barato para os contribuintes em 380 milhões de euros. O Sr. La Palisse diria o mesmo. É o valor com que entrariam os accionistas.

Tinha dois pequenos problemas e eu tenho a obrigação de o dizer. Um era que nós não penalizávamos na totalidade os accionistas, nem tínhamos nada que penalizar. Os accionistas não podem ser penalizados por os administradores cometerem irregularidades, por os auditores estarem a dormir, desculpem a expressão, mas o Banco de Portugal está a rressonar... Logo, não podemos! E, se algum senhor accionista tinha cometido alguma ilegalidade, então, teria a punição respectiva.

Por outro lado, é evidente que o plano a apresentar ao Ministério das Finanças tinha um «senão» para o Banco de Portugal: se o Banco de Portugal dá o *agreement* a este nosso plano, implicitamente aceitava que tinha culpas, porque estávamos a pedir que o Estado entrasse com 600 milhões de euros. Naturalmente que o Sr. Ministro das Finanças iria perguntar: mas o senhor está a avaliar um pedido de 600 milhões de euros porquê? E ele teria de dizer: porque nós estivemos distraídos. Ora, eu penso que poderá ter sido, com o devido respeito pelo Banco de Portugal, também uma dificuldade acrescida.

Já agora, como disse o Prof. João Carvalho das Neves (não ouvi o Dr. Miguel Cadilhe, mas penso que também terá dito), o plano não foi feito por nenhuma consultora. O plano foi feito por nós, fomos nós que dissemos que era assim. Éramos nós os responsáveis, nós não pedimos a ninguém que o fizesse. Os serviços deram uma boa prestação e, depois, o conselho de administração, num trabalho violentíssimo, completou-o. E nós estávamos comprometidos. Era um papel com base em premissas que tinham acontecido, perfeitamente compagináveis com o passado, assente num plano, que era o programa de reestruturação e valorização que tinha sido discutido com toda a equipa do banco, em que tínhamos as medidas a tomar, calendarizadas, com o responsável... Tudo feito, não foi uma coisa feita no ar, em que... Era, na nossa opinião, um plano completamente coerente e bem estruturado.

O plano não mereceu a aceitação pelo Banco de Portugal, não o acolheram bem, não o recomendaram ao Governo e lá terão as suas razões. Como os Srs. Deputados sabem, houve apenas um pedido de explicações ao plano que foi apresentado pelo Prof. João Carvalho das

Neves, que esteve a falar com os senhores do Banco de Portugal e ficou convencido de que estava bem aceite. Mas, realmente, não foi assim!

O Sr. Dr. Norberto Rosa, a pessoa por quem tenho muito, muito, respeito e consideração, vai perdoar-me, disse, não sei se foi aqui, se foi nos jornais, que o nosso plano era inviável. Mas, depois, logo a seguir, disse: mas nós não o analisámos. Então, se não o analisou, não sabe se é ou não viável. É que, depois, a notícia diz: o plano é inviável. Pode ser inviável, não sei, mas se não analisa não pode dizer se é ou não inviável. Certo?!

Relativamente à proposta de viabilidade, penso que está respondida.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Meira Fernandes, começo por o saudar e agradecer a sua presença na Comissão.

Vou colocar-lhe um conjunto de questões concretas, embora algumas se cruzem com questões já foram colocadas.

Gostaria de saber se confirma que o Sr. El-Assir, devedor do BPN desde há anos, em situação de incumprimento total, tanto quanto sabemos, nunca pagou juros do capital, num montante que ronda os 28 milhões de euros, relativo a financiamentos para aquisição de três moradias em Espanha. Confirma esta dívida e esta situação?

Relativamente a esta dívida, alguma vez foram prestadas garantias reais? Como é que o BPN contabilizou este prejuízo? Foi através de um *offshore*? Falava-se na Dafco. Qual foi o papel assumido neste negócio

pelo Banco Efisa ou por uma empresa deste banco? Também se falou na Timber Lack.

Uma questão, também bastante concreta, sobre uma sociedade *offshore*, a Abnerka. Esta sociedade será devedora do BPN Cayman de mais de 5 milhões de euros e também em situação de incumprimento e tem por titular o Sr. José Albano de Oliveira, que, por sua vez, é o dono ou, numa expressão conhecida, o testa-de-ferro de um conjunto de empresas, como a Imocanárias, a Imotrieste, a Expo Domus e a Marquês de Pombal, todas elas devedoras de mais de 12 milhões de euros e em situação de incumprimento no BPN e no Banco Insular. Gostaria de saber se também confirma esta situação de incumprimento.

Sabe quem são os verdadeiros donos destas quatro empresas, com esta dívida? Já agora, pergunto se José Albano de Oliveira é ou não accionista da SLN e do BPN.

Relativamente ao código A1, já aqui referiu a situação, aliás, peço ao Sr. Presidente que, dado a invocação de segredo que foi feita, esta situação fosse acrescentada à lista relativa ao levantamento do segredo. No entanto, ainda gostaria de saber se tem conhecimento de o presidente do conselho de administração do Banco Insular, Vaz Mascarenhas, alguma vez, ter instado este devedor A1, digamos assim, a regularizar a situação.

Uma outra questão, relativamente a um nome envolvido neste *dossier*, o Dr. Luís Caprichoso é o último beneficiário de uma outra *offshore*, a Breslan, com transferências de cerca de 480 milhões de euros. Gostaria de ter uma ideia, se a poder dar, de onde veio esta transferência, para onde foi e em benefício de quê ou de quem?

Quanto à contabilidade do Banco Insular, já se referiu de forma suficiente para a questão que tinha a colocar. Pergunto, no entanto, se

existiam documentos no BPN em que este assumia, unilateral e irrevogavelmente, a obrigação de adquirir créditos, capital e juros, ao Banco Insular, isto é se há *put options*, e, se sim, se era genérico para todos ou só para alguns créditos. Era uma situação geral ou só alguns créditos é que tinham este direito?

Relativamente a levantamentos e a pagamentos em numerário, também já aqui foram feitas várias perguntas e foi referenciado um problema de datas. Pergunto-lhe, de uma forma mais simples: isto aconteceu só na administração Vakil ou começou antes?

O Sr. Dr. já fez uma referência bastante extensa ao «Plano Cadilhe», no entanto há ainda uma questão sobre a qual gostaria de conhecer a sua opinião e que é a seguinte: a nacionalização abordou apenas o problema do BPN, não de toda a estrutura financeira da SLN, e eu gostaria de saber qual a avaliação que faz disto, isto é, se considera que deveria ser feita esta separação, esta segmentação, que fez o Governo, ou não.

Defendemos, como é sabido, uma outra posição mais global a existir nacionalização relativamente à SLN.

Finalmente, olhando para o seu longo currículo no sector financeiro, coloco ainda uma outra questão.

Recentemente, na Assembleia, o Sr. Ministro das Finanças referiu que a falência do BPN afectaria 2,5 milhões de portugueses, um quarto da população portuguesa e que poderia representar um prejuízo para o País, para a sociedade, como foi dito, de 25 000 milhões de euros, fazendo uma conta muito simples, ou seja multiplicava estes 2,5 milhões de portugueses por 10 000 euros a cada um e tirava esta conclusão.

Gostava de saber se tem alguma avaliação da razoabilidade deste cálculo e da avaliação de possíveis prejuízos.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Meira Fernandes.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Sr. Eng.º Agostinho Lopes, não sei se lhe vou poder responder.

Relativamente a quatro confirmações que me pede para fazer, ao Sr. El-Assir, Abnerka, A1 e Dr. Luís Caprichoso, se é o UBO da Breslan, infelizmente, estou sujeito a sigilo bancário e não posso confirmar. Mas, atenção, também não posso infirmar. Não posso confirmar, nem informar, por esta ordem.

Quanto às *put options* do Banco Insular, apareceram umas *put options*, isto é, aparecem umas declarações assinadas pelo Sr. António Franco e pelo Sr. Ricardo Pinheiro relativamente (se a memória não me falha) a 65 mutuários do Banco Insular em que nós, BPN, assumíamos, relativamente a todos aqueles 65 mutuários a responsabilidade, que era unilateral e irrevogavelmente nossa e à primeira chamada pagaríamos, em documento simples.

Quando vimos o primeiro, o Banco Insular, neste caso concreto, fiz umas perguntas normais que se fazem na banca à direcção de auditoria para saber se aquelas garantias estavam registadas como compromisso, pois eram garantias na contabilidade. E não estavam registadas.

Depois, pedi mais: eram 65, ou à volta disso, todas exactamente iguais, assinadas no mesmo sítio, com datas diferentes. Lembrei-me de perguntar algo que também é natural. Elas eram de 2004, 2005, 2006, 2007 e lembrei-me de perguntar quando é que foi feito o impresso onde elas estavam escritas. Os burocratas — é o meu caso —, sabemos que

aquilo normalmente tem um registo, as notas têm umas datas e verificamos que aquele documento, aquele impresso, tinha sido criado em 2007.

Ora, como as *put options* tinham a data de 2004, estranhámos como é que, em 2004, se podia escrever em cima de um papel que só existiu em 2007. Ou seja, considerámo-las falsas e dissemos ao Sr. Presidente na altura, que por *e-mail* (não sei se deu esse *e-mail* à Sr.ª Doutora, pode fazer o favor de pedi-lo) me pergunta: «Exerço a *put option*?». Eu respondi: «Fará como bem entender, exerça». E nunca exerceu.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Mas ele não nos deu essa cópia.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Mas pode pedir-lhe.

Respondendo à Sr.ª Deputada quanto às *put options*, estamos ainda à espera da resposta. Aliás... Atenção, pode ter acontecido que tenham sido feitas em 2007 e que as pessoas tenham assumido a responsabilidade em 2004. Mas nessa altura diziam: «Feita em 2007». Não se pode pôr: «não sei quantos, Lisboa, 2004» num impresso que só saiu em 2007...!

Há bocadinho provavelmente esclareci mal, porque o Sr. Eng.º Agostinho Lopes está sempre atento e perguntou-me se foi só na administração Vakil que houve levantamentos em numerário. Não sei se disse isto, acho que não disse. Havia levantamentos em numerário desde sempre. O Sr. Dr. Abdool Vakil é que fez o contrário, tentou — de uma maneira que pessoalmente não concordo, mas vale o que vale — regularizar isto pondo estes levantamentos em numerário para salários. Penso que na altura do Dr. Vakil não deve ter havido nenhum, antes pelo contrário.

Quanto à nacionalização, se bem entendi, o Sr. Engenheiro perguntou se a nacionalização não devia também ir até à SLN.

Vou dizer o seguinte: não sei se devia se não devia, mas se não houver um grande entendimento, um bom entendimento, um entendimento profícuo entre a SLN e o BPN... Acho que vai haver de certeza, pois, penso que sabem, que já terá sido dito, que a SLN é o melhor, o melhor não sei, mais o maior cliente do BPN. Temos cerca de seiscentos e tal milhões de euros. Se não são seiscentos... Temos menos, temos 60%, temos para aí uns 400 milhões de euros, à volta disso, são muitos milhões... Se nós, SLN, não conseguirmos ter uma prorrogação nos créditos que estão a ser utilizados do BPN de maneira que nos permita reestruturar as empresas do grupo, vender as que são de vender, fazer parcerias com as que são de fazer parcerias, se de um momento para o outro considerassem que tudo aquilo era vencido, a nacionalização ocorreria de outra maneira, portanto, ficariam com a SLN. Penso que é o que vai acontecer, porque a SNL tem activos com valor significativo, um dos quais recentemente integrado nas contas da SLN e da SLN Valor também. Mas uma coisa é ter fundos, outra é ter liquidez. Portanto, não sei se respondi, pelo menos indirectamente.

Quanto à falência do BPN afectar 2,5 milhões de portugueses e ser 25 000 milhões de euros, não sei que contas fez. Há aquela teoria do multiplicador, não sei qual foi o múltiplo que utilizou, de certeza que deve ser um múltiplo que tem de ser alguma consistência. Nós tínhamos 350 000 clientes, temos créditos à volta de 7000 milhões de euros, tínhamos depósitos de 6000 milhões de euros e penso que, quando muito, o custo era de 1000 milhões de euros, a diferença entre o activo e o passivo. Mas se afecta 25 000 milhões, não faço ideia como é que se chega a este valor.

Em termos aritméticos acho difícil justificar, mas não questiono.

Não sei se respondi.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, Sr. Professor, vou tentar ser o mais breve possível para isto não ser muito massacrante para além do que já tem estado a ser.

Gostaria de começar pelo seguinte: há uma controvérsia nos trabalhos desta comissão em torno da bondade do chamado «Plano Cadilhe». Essa é uma matéria controversa. Já ouvimos as opiniões que o Sr. Doutor exprimiu sobre ela, mas de qualquer forma, gostaria ainda de o ouvir sobre isto. O Sr. Doutor disse há pouco que admitia que o projecto fosse viável, mas pareceu-me também que admitia que isso dependeria das circunstâncias em que ele próprio se desenvolvesse.

Gostava que voltasse a este tema, olhando-o deste ponto de vista: hoje, aquilo a que vulgarmente se chama «buraco» do BPN já vai nos 1800 milhões de euros recorde — creio, aliás, que foi o valor que o Sr. Doutor indicou.

Ora, tanto quanto me recorde, o «Plano Cadilhe» propunha-se estabilizar a situação com um valor na ordem dos 1480 milhões de euros. Portanto, há aqui uma diferença grande e, sobretudo — era isso que queria dizer —, entretanto, já é possível dizer que algumas circunstâncias estão a ter um impacto negativo da situação, porque muitas das pessoas que já aqui ouvimos reconhecem que este valor de 1800 milhões de euros está longe de ser um valor definitivo e final.

Portanto, pergunto se, nessa diferença tão acentuada de valores, ainda sustenta que o Plano tinha a viabilidade que no início se admitiu que teria.

O Sr. Professor já deu uma explicação, mas não fiquei inteiramente convencido. De facto, há uma grande diferença entre os valores a que chegou a auditoria da Deloitte e aqueles que estão calculados para as imparidades.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Importa-se de repetir a pergunta, porque houve uma ligeira perturbação?

O Sr. João Semedo (BE): — Com certeza. Há uma diferença acentuada de valores entre as imparidades identificadas pela auditoria da Deloitte e aquelas que actualmente estão identificadas.

Há pouco deu três explicações para isso, mas sinceramente, parece-me que a diferença é tão grande que essas três razões não me parecem suficientes para explicar uma tão grande diferença, sendo certo que uma delas, que é a desvalorização dos activos, pode explicá-la em grande parte.

Gostaria de colocar uma terceira questão. O Sr. Ministro das Finanças, das muitas vezes em que discutiui connosco o BPN (já não me recordo em que circunstância foi), o que queria dizer era que a situação se tinha degradado muito rapidamente, pelo que gostaria que confirmasse os valores e o ritmo tão rápido da degradação da situação. Dizia o Ministro Teixeira dos Santos que, em Agosto, a liquidez tinha um saldo positivo de 300 milhões de euros, mas que, em meados de Outubro, essa liquidez já tinha um saldo negativo de 800 milhões de euros.

Esta é uma diferença muito grande.

Quer interromper, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Não.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — É que o Sr. Dr. ouviu mal de um ouvido, como disse no início, e, portanto, na Sala, se houver algum ruído suplementar, perturba a sua capacidade auditiva. Era só para chamar a atenção.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Sr. Deputado, estou a ouvi-lo com muita atenção, e peço desculpa por esta minha deficiência física,...

O Sr. João Semedo (BE): — Com certeza. Compreendo perfeitamente.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — ... que não é ajudada por alguns dos senhores.

O Sr. João Semedo (BE): — A diferença, neste saldo, relativamente à liquidez parece-me muito acentuada, mas foram estes os números indicados pelo Sr. Ministro das Finanças: 300 milhões de euros positivos em Agosto e em Outubro uma liquidez com um saldo negativo de 800 milhões de euros. Acho uma variação muito grande, de qualquer forma, gostaria que confirmasse estes valores e dissesse o que pensa sobre esta situação.

Gostaria também de ouvir um comentário seu à seguinte declaração do Dr. Abdool Vakil, que vou ler, procurando fazer-me ouvir. Dizia, a certa altura, o Dr. Abdool Vakil o seguinte: «Assim, acho que devo reiterar que funcionários técnicos, directores, administradores e, ainda, auditores externos, auditores internos...» — bem, daqui a bocado, «engulo» o microfone!... — «... e os representantes das entidades supervisoras, nomeadamente, o Banco de Portugal não tinham acesso a informações sobre as operações que eram feitas com o Banco Insular e isto...» — esta é a parte que me parece mais importante — «... porque essas informações não estavam acessíveis na plataforma informática do Grupo», neste caso do Grupo BPN.

Nós, sobre esta matéria, já ouvimos diversas versões e eu, depois de ouvir hoje o Sr. Dr. falar também sobre esta questão, para mim ela ainda não está clara, pelo que gostaria de ouvir um comentário seu sobre estas afirmações do Dr. Abdool Vakil. Se quiser, posso fornecer o texto, caso assim o entenda.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Vou ser um pouco indelicado, mas aquelas duas senhoras que estão ao fundo...

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Sr. Dr., qualquer situação que se passe diz-me, porque eu é que dirijo a reunião.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Com certeza!

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Diz-me e eu faço aquilo que devo fazer.

Srs. Deputados, peço para, na medida do possível, não perturbarem, porque há dificuldade de audição por parte do Sr. Dr.. É porque se o Sr. Dr. não conseguir ouvir, depois não vai conseguir responder às perguntas. É só essa chamada de atenção que quero fazer.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Uma outra pergunta, mais concreta, é sobre qual é exactamente, até à data em que teve conhecimento destes valores, o valor dos créditos da Sociedade Lusa de Negócios e, entre estes, qual é o valor dos créditos junto do BPN.

Por último, gostaria de lhe fazer duas perguntas.

Uma, é a de saber se confirma que, na sua opinião e, portanto, na opinião do conselho de administração que integrou, os accionistas do Banco Insular são, para além do Sr. Dr. José Vaz Mascarenhas, que é conhecido porque ele próprio assumiu-o, embora numa situação um pouco titubeante, José Luís Fernandes Lopes, Sérgio Centeio, Casimiro Taveira e João Gourgel. Gostaria de saber se são ou não estes os nomes dos accionistas.

Outra, é a de saber se o Sr. Dr., no exercício das suas funções, reuniu com o Dr. José Vaz Mascarenhas, porque, na audição que aqui tivemos com o Dr. José Vaz Mascarenhas, uma das mágoas, digamos assim, que ele tinha era a de que o Dr. Miguel Cadilhe nunca tinha falado com ele, o que também, se quer que lhe diga, me surpreendeu, mas compreendo que, enfim, o presidente do conselho de administração não tem tempo para tudo...!!

Gostava, pois, de saber se, no contexto da sua actividade, teve reuniões com o Dr. José Vaz de Mascarenhas.

Muito obrigado e peço desculpa se não contribui para me ouvir perfeitamente. É que eu também não falo bem.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Fala bem. Só que, às vezes, não fala alto.

Tem a palavra o Sr. Dr. Meira Fernandes.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Antes de mais, agradeço imenso ao Sr. Deputado João Semedo as perguntas que me fez de uma maneira muito objectiva e peço desculpa ao Sr. Presidente por ter pedido...

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Não tem de o fazer, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Mas gostava mesmo de esclarecer este ponto, Sr. Presidente.

Estou aqui eivado dos melhores propósitos. Estou a fazer um esforço, com prazer, mas estou a fazer um esforço para responder a tudo aquilo que me perguntam. Não queria, nem vou deixar de responder ao que sei e ao que ouço. Fruto da minha surdez, que, às vezes, é muito agradável, chamei a atenção por duas vezes.

Portanto, peço desculpa ao Sr. Presidente...

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Está desculpado.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Muito obrigado.

Peço também desculpa não só às Sr.^{as} Deputadas, mas, efectivamente — e peço que me entendam —, perturbavam-me um pouco...

A Sr.^a Sónia Sanfona (PS): — Eu é que peço desculpa!

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — ... mas também ao Sr. Deputado João Semedo por quase ter «comido» o microfone!

Risos.

Pedidas estas desculpas, passo às respostas.

Perguntam-me se o buraco era de 1800 milhões de euros.

Sr. Deputado João Semedo, como disse há pouco, a auditoria foi feita pela Deloitte há dois meses. Qualquer um de nós estranhámos como é que, em dois meses, se passa de um valor para o outro. Eu não vi o relatório, mas, sinceramente, gostava de vê-lo, porque, se a realidade é a mesma... Quem faz uma auditoria e diz que são não sei quantos milhões de euros e depois duplica, o que é que podemos dizer? Aquilo que disse há pouco: provavelmente, foram mais severos, provavelmente a realidade é outra, provavelmente «castigaram» a SLN. Não podemos dizer mais nada. Podia dizer uma coisa qualquer, como: «Olhe, não percebo!...» Mas como, enfim, não posso dizer isso... Aliás, 1800 milhões de euros, Sr. Deputado, seria qualquer coisa como 30%, grosso modo, do crédito. Era o crédito todo da SLN e mais... Ora, penso que a SLN terá um passivo de cerca de 600 milhões de euros, nós temos lá uns 400 milhões de euros.

Portanto, os 1800 milhões de euros era todo o crédito da SLN e mais não sei o quê... Não consigo responder, gostaria mas não consigo. Só sei que a primeira versão não tem três meses, tem menos.

Vou deixar para o fim, se não se importa, a pergunta sobre a liquidez, apesar de ter sido a terceira que o Sr. Deputado João Semedo fez. Mas não me vou esquecer dela.

Relativamente à afirmação do Sr. Dr. Abdool Vakil, de que não tinha acesso porque não estava na plataforma informática, devo dizer que está mesmo na plataforma informática. Podia não ter acesso porque o banco não era nosso, mas, admitindo que o banco seria nosso, é fácil. Diz ao senhor da informática «dê-me acesso» e é no segundo imediato. E todos os registos estão na plataforma informática do BPN. Podiam estar noutra banco que prestasse, em regime de *outsourcing*, o serviço, mas não, estão exactamente na plataforma do Banco Português de Negócios. Portanto, tinha perfeitamente acesso, se lá fosse ou se mandasse ir.

Os accionistas do Banco Insular, Sr. Deputado, são exactamente aqueles que disse. Aliás, o Sr. Presidente, vai dar-lhe fotocópia do papel que eu dei, onde consta isso. Não consta esta afirmação que vou fazer agora, porque não está registada onde devia estar a aquisição, mas temos aqui a declaração de venda.

Relativamente à reunião com o Dr. José João Vaz Mascarenhas, realmente o Sr. Dr. — por acaso, ouvi-o! — disse, e muito bem, que nunca se reuniu com o Sr. Dr. Miguel Cadilhe. Muita gente não se reuniu, mas reuniu-se comigo. Eu é que tinha aquele pelouro. Reuniu-se exactamente no primeiro dia que tomámos posse. Tomámos posse no dia 23 e nesse dia tive todo o gosto em recebê-lo. O Sr. Dr. tinha um problema a apresentar, que era grave — tentou até falar comigo antes de eu tomar

posse e eu disse que não o podia receber porque ainda não tinha tomado posse —, utilizando para o efeito, e muito bem, um amigo comum que temos, um senhor que já foi governador do Banco de Portugal (somos amigos há muitos anos, somos da mesma cidade, na altura em que nascemos era uma vila e agora é uma cidade). Essa pessoa telefonou-me e disse-me «Podes receber um senhor...» e eu disse «Não o recebo antes mas recebo-o depois». E recebi-o exactamente ao meio-dia... Tivemos uma conversa, ele estava muito preocupado, queria manifestar as preocupações que tinha... Aliás, notei depois que o Sr. Presidente José Vaz Mascarenhas — e muito bem! —, sempre que havia alteração... Pelo menos, quando o Sr. Dr. Oliveira Costa saiu, deixou-lhe uma carta a dizer «Veja lá porque há ilegalidades enormes». Durante a presidência do Sr. Abdool Vakil, também lhe mandou uma carta a dizer a mesma história, a 15 de Fevereiro — eu tenho-a aqui. E quando chegámos, também mandou. Não sei se, durante o período entre 2001 e Dezembro de 2007, também mandou, não sei!?

Depois disso, tivemos, com muito gosto — foi a pessoa com quem eu mais troquei *e-mails*, devo ter trocado centenas, mas também telefonei muitas vezes.... Sempre muito diligente, sempre muito correcto, sempre de um trato muito afável... Eu tinha aqueles pelouros que disse há pouco e garanto que a pessoa com quem eu mais falei foi com o Sr. Dr. Vaz Mascarenhas, não obstante o Banco não ser nosso, na perspectiva que já expliquei. Tenho mesmo muito gosto — não estou a ser irónico — em falar com ele, porque é uma pessoa extremamente delicada.

Quanto à liquidez, houve problemas sim, senhor. Já disse há pouco que o controlo passou a ser diário, depois melhorámos e passou a ser mensal e a partir de certa altura agravou-se.

A propósito de liquidez, tenho aqui a evolução do saldo, do Banco de Portugal, que passo a ler: 43 milhões, a 23 Junho — quando chegámos; 143 milhões, a 30 de Junho, 335 milhões de euros, a 31 de Julho; 386 milhões de contos, a 30 de Agosto; 140 milhões de euros, a 15 de Setembro; 155 milhões de euros, em Setembro, não obstante termos pago 103 milhões de euros de um empréstimo sindicado, mas, nesta altura, tivemos um empréstimo temporário de um banco pequeno — os saldos foram estes. A parte final de Setembro foi muito difícil; Outubro foi péssimo. Os problemas de liquidez começaram a aumentar bastante, fruto daquelas situações que já disse: ter sido dito publicamente que havia três bancos pequenos que estavam com dificuldades; o problema da Lehman Brothers; o problema do nosso *rating* e do nosso rácio de solvabilidade, que nos obrigou a antecipar, e, entretanto, tivemos de recorrer, em princípios de Outubro, a um empréstimo, que foi muito pouco citado na imprensa, na Caixa Geral de Depósitos que chegou a atingir 250 milhões de euros. 250 milhões de euros são cerca de 6% do total de créditos, não é nada! Rigorosamente nada!

Esses depósitos estavam garantidos ou contragarantidos, se quisermos, com activos nossos, superiores em duas vezes. Nós demos mais de 500 milhões, eu acho que demos setecentos e tal milhões de euros de contragarantia. Em meados de Outubro, tivemos de recorrer a um apoio do Banco de Portugal, a um apoio especial de liquidez, de mais 150 milhões de euros, também contragarantido com activos.

E esta ajuda que tivemos, ajuda esta que foi até certo ponto, apadrinhada pelo Banco de Portugal, o que agradecemos na altura e estamos reconhecidos mesmo agora, foi dada numa situação pouco aflitiva. Passo a explicar: não é possível, de um dia para o outro,

melhorarmos a liquidez, como o Sr. Deputado bem sabe, é um processo lento. Estes empréstimos eram feitos no mercado interbancário, era de um dia para o outro. Todos os dias tínhamos de negociar este empréstimo. Todos os dias estávamos aflitos. Estávamos de manhã, depois a liquidez não cobria, obviamente, não havia ninguém para pôr lá 250 mais 400 milhões de euros, e, no fim do dia, negociávamos, e, no dia seguinte, andávamos no chamado *roll over* diário. Portanto, isto era, no caso concreto, para quem tinha a direcção financeira, para mim e para um outro colega, uma tortura do chinês, com respeito pelo chinês, porque todos os dias de manhã, às 7 horas e 30 minutos, recebia uma SMS a dizer «não temos fundos, vamos pedir», e às 17 horas ou, melhor, aos cinco minutos para as 17 horas, os serviços do Banco de Portugal, que eram impecáveis, emprestavam-nos o dinheiro. E andámos neste sistema em lume brando, em lume muito brando. Portanto, o problema da liquidez foi este.

De qualquer maneira, como disse o Dr. Miguel Cadilhe, apareceu aquele mecanismo de garantia de Estado e nós fomos o primeiro Banco a apresentar o *dossier* completo, que, depois, não entrou, porque fomos nacionalizados. Mas demo-lo, como disse, aos senhores que nos substituíram.

Portanto, íamos obter 500 milhões de euros, era 8% dos depósitos a menos. Tínhamos sete bancos que nos financiavam, quase me apetece dizer o nome, porque, realmente, eles foram muito simpáticos... A Caixa Geral de Depósitos, o BPI, o Espírito Santo, o Millenium, a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútua, o Santander e o Banif disponibilizaram-se para nos emprestar os 500 milhões de euros contragarantidos pelo Estado sob a forma de certificados de depósito ou de papel comercial. Curiosamente,

ou não, este empréstimo não representava qualquer problema, em termos de liquidez do sistema, porque são operações, como muito bem sabem, refinanciadas junto do BEI.

Ou seja, o que é que acontecia? Eles emprestavam-nos, ficavam com o título, iam ao Banco Europeu de Investimentos e eram refinanciados. O dinheiro entrava no sistema. Logo, não íamos «secar» o sistema em 500 milhões de euros.

Penso que respondi, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa por ir fazer uma intervenção um pouco atípica, face ao facto de todos os grupos parlamentares já terem feito uma intervenção.

Saúdo a presença do Sr. Dr. Meira Fernandes e, mais do que uma pergunta, quero fazer um comentário que sugere e é sugerido pelas dúvidas dos meus colegas e pelas respostas dadas pelo Sr. Dr. às várias questões colocadas. Vou ver se consigo ser claro na exposição das minhas dúvidas.

Ainda agora o Sr. Dr. Meira Fernandes disse que não encontrava qualquer explicação razoável para o facto de, num espaço de dois meses, as auditorias darem valores de imparidades completamente distintos, o que, de duas, uma: ou a informação, da primeira vez, não estava toda disponível, só ficou disponível depois, ou, então, tendo a informação disponível, a auditoria não conseguiu fazer uma análise adequada. Eu

parto do princípio de que a informação não estaria toda disponível, porque, senão, os resultados seriam os mesmos.

O Sr. Dr. Meira Fernandes também disse que houve dificuldades naquela parte final, relativamente à liquidez do Banco. Houve, inclusivamente, uma directiva do Banco de Portugal, ou uma sugestão, ou uma orientação do Banco de Portugal, no sentido de o controlo da liquidez ser feito de 15 em 15 dias, semana a semana, dia a dia, apesar de o normal ser mês a mês, e, depois, voltou, outra vez, a ser, de acordo com a situação, contrária.

O Sr. Dr. Meira Fernandes disse que o Dr. Constâncio lhe tinha dito — e disse publicamente, nós ouvimos — que manifestar, até, diria, o entusiasmo, a satisfação pela equipa do Dr. Miguel Cadilhe na perspectiva de que, finalmente, tinha uma equipa que iria encontrar soluções para os problemas que tinha o BPN. Isto indicia, do meu ponto de vista, todas estas questões indiciam que havia um conhecimento das dificuldades do BPN. Aliás, salvo erro, o Sr. Vice-Governador, o Dr. António Marta, disse-nos que inclusivamente tinha proposto ou exigido, enquanto elemento responsável do Banco pela supervisão, que o grau de solvabilidade do BPN fosse de 9%, quando o normal é 8%, o que significa que havia aqui um conhecimento de alguma dificuldade do BPN que a supervisão detinha.

Foi dito aqui, já não sei por quem, mas não é difícil de entender (e creio que, implicitamente, se pode deduzir isto de muitas intervenções feitas aqui), que é mais fácil ter acesso aos dados quando é a própria administração a pedi-los do que ter acesso aos dados quando, eventualmente, existe uma dificuldade da administração que impede o acesso aos dados. Creio que este elemento é muito importante para ter presente: quando e a partir de que altura é que a administração ou,

melhor, as várias administrações do BPN, depois da saída do Dr. Oliveira Costa, começaram, efectivamente, a dar a conhecer um conjunto de dados, um conjunto de elementos. Creio que é a partir daqui que as pessoas começam a ter uma noção mais clara da situação, sendo certo que já anteriormente, durante a gestão do Dr. Oliveira Costa, havia o célebre conjunto de pedidos do Banco de Portugal para os quais as respostas não eram adequadas.

Eu não conhecia o Sr. Dr., mas, com a experiência que tem e com a capacidade que demonstrou pela forma como respondeu às questões, é, por certo, uma pessoa altamente qualificada no sistema bancário português. Devo dizer que fiquei um pouco admirado, não sei se esta é a expressão correcta, porque penso que o Sr. Dr. também o disse com sofrimento, ao ouvi-lo falar na falta de zelo dos inspectores da supervisão do Banco de Portugal.

Pergunto: haverá algum dado concreto que nos permita concluir que os inspectores não conseguiram mesmo saber qualquer informação? Ou a informação que conseguiram foi só aquela por não conseguirem ir mais além pelo facto de haver um boicote da administração que impedia o Banco de Portugal de ter acesso a esta informação? Ou, efectivamente, poderemos admitir que técnicos altamente qualificados, e, aqui, também já referenciados muitas vezes por vários outros intervenientes, como elementos de grande categoria não conseguissem fazer aquilo que a maior parte das pessoas considera ser perfeitamente possível fazer? Será que a falta de zelo desses técnicos ia ao ponto de, podendo ter acesso àquela informação, não divulgarem, de ficarem com ela, de não a transmitirem aos seus superiores ou de não terem mesmo acesso por falta de diligência da sua parte?! O Sr. Dr. considerará relevantíssimo, do ponto

de vista da informação a dar a estes inspectores, à inspecção destes homens, o facto de haver, ou ter havido, um sistemático boicote por parte da administração do BPN, relativamente à informação, o que, aliás, é evidente em várias intervenções aqui feitas? Aliás, o Banco de Portugal demonstrou várias vezes, pelos pedidos que fazia, que precisava de elementos de informação que não lhes eram fornecidos pela administração, e não por incompetência dos técnicos do Banco de Portugal que iam à procura da informação. E estes elementos não são irrelevantes para podermos analisar as duas questões de que se ocupa esta Comissão de Inquérito, a da eventual dificuldade — falo em dificuldade para não usar outros termos mais fortes, que outros colegas aqui utilizam — de uma adequada supervisão e a da própria nacionalização.

Mais do que uma pergunta, isto foi um comentário face às suas respostas e às observações feitas pelos meus colegas. Se o Sr. Dr. Meira Fernandes quiser fazer algum comentário ao meu comentário, agradeço; se não fizer, fico satisfeito na mesma.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Sr. Deputado, vou considerar que fez não um comentário mas perguntas, porque, senão, estou a abrir um precedente, passando todos a fazer comentários em vez de perguntas.

Tem a palavra, Sr. Dr. Meira Fernandes.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Sr. Deputado Marques Júnior, muito obrigado pela pergunta ou comentário que fez.

Sinceramente, não me recordo se o Sr. Deputado está presente desde o início...

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sim, sim.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Ainda bem, porque logo no princípio tentei dizer, aliás, disse-o, que as graves irregularidades não nasceram por geração espontânea, foram pensadas, feitas, architectadas e implementadas por membros do conselho. Para mim, isto é o principal.

Tem toda a razão quando diz que houve um boicote. Nem houve um boicote, houve uma fraude, vamos chamar pelo nome, por parte da administração. Eu disse só que, complementarmente, havia outras co-responsabilidades. E por que é que eu disse «complementarmente»? Porque, segundo a resolução da Assembleia da República, pretende-se, neste caso concreto, «(...) determinar: 1) O apuramento da situação de ruptura do BPN e dos fundamentos que levaram à nacionalização; 2) Quais foram as situações que contribuíram para facilitar, estimular ou ocultar o conjunto de irregularidades (...)». Não vou ler isto tudo. Por este facto, o ponto principal é exactamente a grave irregularidade, o dolo, a fraude com que os outros senhores actuaram.

Mas, sinceramente — sinceramente» não, é assim mesmo —, acho que os outros também têm alguma responsabilidade — alguma não, têm muita.

Quando há pouco falei em falta de zelo, custou-me mesmo dizê-lo. Foi a palavra que me veio à ideia... Outro colega também a tinha dito, e eu andei atrapalhado a ver se arranjava uma palavra...

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Falta de diligência.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Talvez, muito obrigado.

Não tenho também dúvida de que é mais difícil o Banco de Portugal obter elementos do que a administração. O que aconteceu — também o disse há pouco; e penso ter sido claro, senão digo-o outra vez — é que houve quem implementou, houve quem architectou e houve quem fez. E quem fez foram as pessoas que nos disseram. Não disseram aos outros porque estariam...

Mas, Sr. Deputado, obviamente que, a nível bancário, é possível fazer uma auditoria ao sistema informático. Quando a Mazars fez auditoria ao balanço (chamemos-lhe assim) do Banco Insular, nós não ficámos contentes, pelo que fez também à plataforma informática, porque passou-nos pela cabeça que podia haver um balcão-2, um balcão-3, um balcão-4, um balcão-5... E nós dissemos: «Vejam lá...» E eles fizeram isso — obviamente, eu não sei fazer.

Mas estou completamente de acordo.

O Sr. Dr. Vítor Constâncio rapidamente manifestou muita satisfação ao Dr. Miguel Cadilhe — e foi sincera.

Já disse que, em relação às imparidades, foi o que foi.

Queria fazer apenas uma correcção: há pouco, eu disse que os empréstimos garantidos pelo Estado eram refinanciados no Banco Europeu de Investimentos. Tratou-se de um erro meu. Eram refinanciados no Banco Central Europeu.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Muito obrigado. Creio que já foram colocadas todas as perguntas. Agradeço ao Sr. Dr.

Meira Fernandes a resistência e a qualidade com que fez o seu depoimento...

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Já agora, Sr. Presidente, ninguém me questionou sobre o «estado da nação», mas acho que é importante.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, essa era uma pergunta que eu tinha intenção de colocar. E, tendo em conta a vontade do Sr. Doutor para responder, eu colocá-la-ia com a máxima brevidade.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Então, interpretando esta situação de acordo com o esquema do «golo de ouro», dou-lhe a palavra, pedindo-lhe que seja rápido.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Agradeço...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas eu ainda não fiz a pergunta...

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Eu julguei que o Sr. Deputado... Isto é «perigosíssimo», porque o Sr. Deputado vai ganhar tempo...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Presidente perceberá, pela insistência do Dr. Meira Fernandes, como esta questão é

determinante. A nós, tem-nos parecido determinante em todas as audições.

Tendo notado o cansaço de alguns Srs. Deputados — não é o meu caso —, solidariamente entendi não que não colocaria a questão. Mas, sendo assim, coloco-a, fazendo prevalecer o interesse da Comissão.

Sobre o documento *O estado da nação*, questionava o Sr. Dr. Meira Fernandes directamente sobre aquilo que são os problemas do Grupo elencados no documento: contas de investimento, Banco Insular, acções detidas por veículos, compromissos extra-patrimoniais não assumidos e insuficiências de provisão. O Sr. Doutor tem o documento, certamente dirá.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Meira Fernandes para responder.

O Sr. Dr. Meira Fernandes: — Começo por agradecer ao Sr. Presidente por me deixar falar sobre o documento *O estado da nação*, porque se trata de um assunto que nos criou muitos embaraços, e também ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo pela pergunta que fez.

Já disse que não conhecíamos o que se passava. Quando tivemos acesso a este relatório *O estado da nação*, concretamente no dia 31 de Dezembro de 2008, ficámos incomodados, porque verificámos que os resultados que tínhamos obtido com muito, muito trabalho pela Mazars e pela Deloitte estavam expressos de uma maneira muito aberta no relatório *O estado da nação*. Incomodou-nos que não nos tivesse sido dito por quem sabia, nomeadamente quando viemos a comprovar que tinha data de Fevereiro e porque chegámos à conclusão de que era do

conhecimento do conselho do Sr. Dr. Abdool Vakil, que o seu conteúdo foi discutido em conselho superior (estavam accionistas, estava toda a gente). Segundo disse o Sr. Dr. Joaquim Nunes, o papel foi distribuído e depois foi recolhido.

E tenho mesmo de dizer isto: o Sr. Dr. Abdool Vakil é uma pessoa com uma experiência elevadíssima — tem 40 anos de banco —, pelo que não me passa pela cabeça que não tenha pegado no documento e que, logo na altura, não o tenha apresentado, não o tenha discutido em conselho de administração e não o tenha apresentado a todos os órgãos, nomeadamente ao Banco de Portugal.

Esta minha convicção é tão forte, tão forte, que penso que se assim não fosse o Banco de Portugal não tinha tido outra alternativa, digo eu, que não fosse fazer uma contra-ordenação a uma pessoa que esconde um documento deste calibre.

Mais: há um artigo no Código das Sociedades Comerciais (salvo erro, é o artigo 64.º), que diz que «aos deveres de diligência, deveres de cuidado...» — é um artigo redundante, não valia a pena existir. Quanto mais não fosse, por esse pequeno artigo nós deveríamos ter tido conhecimento prévio desta situação. Se tivéssemos tido conhecimento prévio, provavelmente teríamos tido um outro tipo de actuação, não gastaríamos tanto tempo, teríamos feito outras propostas ao Banco de Portugal, teríamos nós pedido a intervenção do Banco do Portugal. Portanto este documento *O estado da nação*, para nós, foi o documento que mais incómodos nos deu e que fez com que alguns de nós pedíssemos a renúncia ao cargo, como é o caso concreto, porque nos sentimos enganados, quando havia documentos deste teor e que não foram divulgados.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Doutor respondeu e dá um valor muito importante a este documento, numa perspectiva que, porventura, a Comissão também não tinha apurado, isto é, a própria omissão, pela administração do Dr. Abdool Vakil, em relação à realidade do Banco junto do Banco de Portugal.

E, deste ponto de vista, afinal, parece que poderá não ter sido uma administração muito colaborante. Ou não terá sido, seguramente.

O Sr. Presidente (José Pedro Aguiar Branco): — Será a conclusão que, depois, constará ou não do relatório.

Sr. Dr. Meira Fernandes, muito obrigado pela sua presença.

Srs. Deputados, declaro encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 45 minutos.